

Maria Cristina de Souza Lima

**RESULTADOS DE INGRESSANTES NO ENSINO SUPERIOR VIA ENEM:
um ensaio de avaliação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ligia Gomes Elliot

Rio de Janeiro
2011

L732 Lima, Maria Cristina de Souza.
Resultados de ingressantes no ensino superior via Enem:
um ensaio de avaliação / Maria Cristina de Souza Lima. – 2011.
79 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Gomes Elliot.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) –
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011.
Bibliografia: f. 48-50.

1. Ensino superior – Avaliação - Brasil. 2. Educação e
Estado – Avaliação - Brasil. I. Elliot, Ligia Gomes. II. Título.

CDD 378.81

Ficha catalográfica elaborada por Vera Maria da Costa Califfa (CRB7-2051)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

MARIA CRISTINA DE SOUZA LIMA

RESULTADOS DE INGRESSANTES NO ENSINO SUPERIOR VIA ENEM:
um ensaio de avaliação

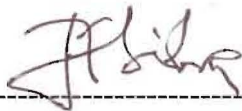
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Avaliação

Aprovada em 25 de abril de 2011

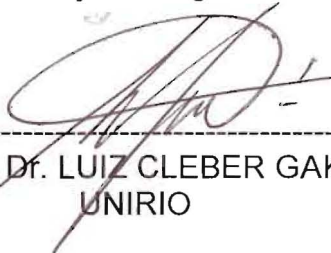
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. LIGIA GOMES ELLIOT
Fundação Cesgranrio



Prof. Dr. JORGE FERREIRA DA SILVA
Fundação Cesgranrio



Prof. Dr. LUIZ CLEBER GAK
UNIRIO

Dedico esta dissertação a meus familiares, em especial, aos meus pais, aos meus irmãos, aos meus filhos: Thiago, Rafaela e Ingrid, ao meu genro Raffaello, aos meus netos: Yasmin e Yuri e ao Josué, meu marido e companheiro pelo seu apoio incondicional, pois se configuram como alguns dos protagonistas que acompanham e contribuem para o meu crescimento pessoal e profissional construído ao longo do tempo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ligia Gomes Elliot, pela orientação metodológica, sempre acompanhada de excelentes sugestões e pela confiança confortadora depositada em todas as fases desta dissertação.

Ao Professor Doutor Jorge Ferreira da Silva, pela oportunidade de conhecimento e contribuições pertinentes.

Ao Professor Doutor Luiz Cleber Gak, pela participação na banca examinadora e sugestões oportunas para o aprimoramento da análise realizada.

À Fundação Cesgranrio, pela bolsa de estudos concedida.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, pelo financiamento do curso, através do Programa de Incentivo à Qualificação – PRIQ.

À Professora Doutora Malvina Tania Tuttman pelo incentivo na escolha do tema para o desenvolvimento deste estudo.

À Decania do Centro de Ciências Humanas – CCH da UNIRIO por intermediar junto à Direção do Curso de Arquivologia para autorização e realização do estudo.

Ao Coordenador da COSEA/UNIRIO, Roberto Vianna e sua equipe pelo interesse e facilitação ao acesso aos dados pertinentes a este estudo.

Ao servidor Técnico Administrativo da Escola de Arquivologia, Sr. Otaviano pela presteza na disponibilização do material necessário ao estudo. A toda a equipe do Serviço Social do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – HUGG, pelo horário disponibilizado para a realização do Curso e pelo apoio a mim dispensado, em especial, à Graça, Celeste, Roberta, Rodrigo, Heliane, Isis, Izanusys, Rosemary e Deise.

Ao corpo docente do Curso de Mestrado, pela dedicação e competência no incremento das disciplinas.

Aos funcionários Nilma Gonçalves Cavalcante, Valmir Marques de Paiva e Ivan Barbosa Gonçalves, pelo gentil atendimento durante o Curso de Mestrado.

À Bibliotecária e professora Vera Califfa pela dedicação e orientações aos mestrandos deste Curso.

Aos meus companheiros discentes da Turma de 2009: “Rumo ao Conceito A, com louvor”, pela possibilidade do convívio e troca de conhecimento.

As políticas públicas que visam melhorar o sistema educacional precisam apoiar-se nos diagnósticos já disponíveis para definir estratégias de intervenção e de monitoramento capazes de alterar os indicadores educacionais. É preciso que os alunos brasileiros frequentem e concluam uma educação básica de qualidade. Para tal, é necessária a formulação de duas políticas amplas e simultâneas: melhorar o fluxo escolar e o desempenho dos alunos (KLEIN; FONTANIVE, 2009).

RESUMO

Trata-se de um estudo piloto a respeito da política de acesso à educação superior, aplicada pelo Estado brasileiro, cujo objetivo foi avaliar a possível relação entre a forma de acesso ao ensino superior por meio do Enem e o desempenho de estudantes durante o curso de graduação. O estudo foi realizado, inicialmente, a partir da análise dos resultados de estudantes ingressantes via Enem, do Curso de Arquivologia da Unirio, no período de 2006 a 2010. No entanto, do total de estudantes, foi constatado que apenas cinco haviam ingressado via Enem, o que impossibilitou responder à questão avaliativa do estudo. A metodologia incluiu a análise retrospectiva das médias semestrais obtidas pelos estudantes durante todo o curso de graduação e também a identificação do perfil socioeconômico desses estudantes, sem incluir o cálculo do índice adaptado do Critério Brasil, devido à amostra reduzida. Embora o estudo não tenha sido conclusivo, um conjunto de condições para a realização de avaliação de resultados de estudantes durante o curso superior com ingresso via Enem é apresentado como contribuição aos processos avaliativos desta natureza.

Palavras-chave: Acesso ao ensino superior. Enem. Condições para avaliação.

ABSTRACT

This is a pilot study regarding the policy of access to higher education, implemented by the Brazilian, whose goal was to evaluate the possible relationship between the form of access to higher education through Enem and performance of students during undergraduate course. The study was initially based on the analysis of the results of students entering via Enem Course of Archival Unirio in the period 2006 to 2010. However, the number of students, it was found that only five had entered via Enem, which did not answer the question of evaluative study. The methodology included a retrospective analysis of the average semiannual obtained by students throughout the undergraduate program and the identification of the socioeconomic profile of these students, not including the calculation of the index criteria adapted from Brazil, due to small sample size. Although the study was not conclusive, a set of conditions for conducting the assessment results of students during the college course with entry via Enem is presented as a contribution to the evaluation process of this nature.

Keywords: Higher education entrance. Enem. Conditions for developing evaluation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Matriz Curricular do Curso de Arquivologia da Unirio.....	27
Quadro 2	Indicadores e padrões do rendimento do estudante no Enem e no curso.....	32
Gráfico 1	Coeficiente de Variação das Médias do Enem.....	36
Gráfico 2	Coeficiente de rendimento dos estudantes via Enem.....	37
Gráfico 3	Coeficiente de rendimento dos ingressantes via Vestibular.....	38
Gráfico 4	Coeficiente de rendimento do Enem e do Vestibular.....	39
Quadro 3	Indicadores e padrões socioeconômicos dos estudantes.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Média do Enem, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação.....	36
Tabela 2	Coeficiente de rendimento dos estudantes via Enem.....	37
Tabela 3	Coeficiente de rendimento dos ingressantes via Vestibular.....	38
Tabela 4	Coeficiente Médio de rendimento dos ingressantes via Enem e via Vestibular.....	39

SUMÁRIO

1	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS FORMAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE	12
1.1	O ENEM COMO POLÍTICA EDUCACIONAL.....	18
1.2	OBJETIVO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	22
1.3	O CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO.....	25
2	CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS REULTADOS DO ENEM	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1	ABORDAGEM DA AVALIAÇÃO.....	31
3.2	ANÁLISE AVALIATIVA DOCUMENTAL.....	32
4	ANÁLISE DOS REGISTROS DOS INGRESSANTES NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO: ANO 2006	35
4.1	NOTAS DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM).....	35
4.2	COEFICIENTE DE RENDIMENTO OBTIDO EM TODOS OS PERÍODOS DO CURSO.....	36
4.3	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INGRESSANTES NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO: ANO 2006.....	39
5	CONDIÇÕES PARA A AVALIAÇÃO	42
6	CONSIDERAÇÕES GERAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	51

1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS FORMAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE

A fantasia desligada da razão produz monstros impossíveis; unida com ela é mãe das artes e origem de suas maravilhas.

(Goya)

A função social da política educacional pública é atender, na sua integralidade, à população brasileira, atenuando as desigualdades sociais e possibilitando a universalização do ingresso à educação. No entanto, o cenário que vem sendo construído ao longo dos anos no Brasil aponta para o que alguns autores chamam de “processo de assistencialização das políticas sociais”¹ (BOSCHETTI et al., 2008).

O texto constitucional brasileiro, nos artigos 205 a 214, dispõe sobre a educação no Brasil em toda a sua plenitude. Imprime caráter de serviço público essencial, daí a primazia do ensino público. No entanto, reconhece o papel do ensino privado, colocando-o como coadjuvante no cenário educacional, porém, subordinado à regulamentação nacional da educação brasileira nos artigos 209 e 213 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Cabe destacar ainda, no que concerne ao aspecto regulador, o que dispõe a Carta Magna em seu artigo 22, sobre a responsabilidade do Estado brasileiro no estabelecimento de diretrizes para a Educação, quando promulga-se a Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Embora se tenha observado um aumento significativo do acesso à educação, na década de 90, na maioria das regiões metropolitanas brasileiras este crescimento não vem acompanhado da qualidade esperada por técnicos e pela população. Há uma notória preocupação relativa aos resultados de processos avaliativos em larga escala, entre eles, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1995 e depois, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998 na Educação Básica, e do Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1996, transformado em 2004 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) na Educação Superior (FREITAS; GARCIA; BIRENBAUM, 2009). Esses processos avaliativos instituem indicadores de

¹ Essa distinção se refere às contradições existentes entre os avanços no campo da seguridade social e das políticas do Estado brasileiro na contemporaneidade transitando no ambiente neoliberal, apresentando imensas dificuldades de consolidação.

desempenho, com intuito de melhorar as proficiências dos estudantes, possibilitando que se tornem capazes de realizar, com autonomia, situações cotidianas relacionadas com os saberes adquiridos na escola.

Além destes, cabe destacar também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado através da Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), instituída para realizar avaliação das instituições de ensino superior, de seus cursos e do desempenho dos estudantes. Tal processo é norteado por 10 dimensões estabelecidas em lei, determina dois momentos da avaliação: a auto avaliação institucional e a avaliação externa. Para a realização desses processos avaliativos a instituição deverá compor uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela coordenação dos procedimentos avaliativos internos, enquanto a avaliação externa é determinada pelo MEC/Inep, através de comissões de docentes atuantes, cadastrados e capacitados, da educação superior (BRASIL, 2006).

Muitos indicadores nacionais e internacionais de desempenho dos alunos têm demonstrado que, na maioria das vezes, os resultados brasileiros não têm sido satisfatórios. Daí a necessidade de implementação de avaliações sistemáticas que possam contribuir para um diagnóstico mais preciso com vistas à construção de propostas eficazes para a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil.

Ressalte-se que tais indicadores de desempenho, em especial os internacionais, devem ser analisados com cautela, em particular os estabelecidos pelo Programa para Avaliação Internacional de Alunos (Pisa) que é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais a partir do estabelecimento de padrões comparativos de avaliação dos índices alcançados por diversos países. A Finlândia, por exemplo, em avaliação de crianças de 15 anos ocupa a primeira posição deste *ranking*, seguida pelos países conhecidos como “tigres asiáticos”. Ter cautela nas análises não significa desqualificar o mérito de quem se destaca, todavia, algumas indagações devem ser feitas. Esses indicadores foram formulados considerando fatores importantes como, a extensão territorial, diversidade regional, bem como dimensão populacional, para o desenvolvimento desses processos avaliativos? As peculiaridades e singularidades culturais, econômicas, políticas e sociais, características de uma Nação como o Brasil, foram consideradas nessas avaliações?

Cabe lembrar que a parametrização² da educação a partir desses indicadores internacionais vem sendo utilizada em função da influência da política neoliberal no sistema educacional brasileiro com conseqüentes mudanças na configuração administrativa e na gestão de recursos nas políticas públicas. Essa Contra Reforma do Estado vem se materializando, desde os anos 90, com o desfinanciamento, a mercantilização dos bens e serviços, o aumento significativo de oferta para a educação superior privada e o descumprimento do que prevê a Constituição Federal de 1988 (BEHRING, 2003).

A evolução da qualidade da Educação ao longo dos anos pode ser acompanhada a partir das informações obtidas nos levantamentos do Enem, informações estas que vem sendo utilizadas, principalmente, pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretarias Estaduais. É também importante analisar algumas formas de acesso ao ensino superior no Brasil tomando como referência reflexões sobre as políticas direcionadas ao ensino superior para universidades públicas e seus rebatimentos no processo de formação (RIBEIRO, 2009).

No ano de 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) que apontou o percentual de 9% da população da faixa etária entre 18 a 24 anos na cursando ensino superior (IBGE, 2004). Isso significa dizer que apenas 2,1 milhões de brasileiros nessa faixa etária, de um universo de 22,9 milhões, estavam na educação superior. Ressalta-se aí a discrepância entre os percentuais das regiões sudeste e sul que apresentam 11% e 12,8% de matriculados, respectivamente, para a região nordeste, na qual somente 5% da população na faixa etária mencionada estava matriculada na educação superior.

Estes resultados suscitaram análises comparativas entre o Brasil e países da América Latina realizadas por organismos internacionais, cujo público alvo eram estudantes na faixa etária entre 18 e 24 anos. As análises apontaram, em avaliações externas, a posição brasileira bem abaixo do que se considerava razoável, o que fez com que estudiosos projetassem um aumento triplicado. Tal projeção obteve como provável resultado índices desalentadores que em um *ranking* hipotético colocariam o Brasil abaixo de Argentina e Chile (PACHECO; RISTOFF, 2004).

Percebe-se aí que o Estado Brasileiro se encontrava, naquele momento, com

² O conceito de parametrização usado pela autora se refere ao estabelecimento de parâmetros avaliatórios de políticas.

alguns desafios de grandes proporções. De que maneira poder-se-ia resolver essa questão da visibilidade da educação superior brasileira frente às exigências do mundo contemporâneo? Como viabilizar o que alguns autores chamam de “acesso de massas” ao curso superior, num país de desigualdades sociais profundas geradas, anteriormente, por políticas neoliberais equivocadas?

A partir destas reflexões verifica-se a necessidade de se criar mecanismos para minimização do quadro existente, o que só se tornaria possível através da implementação de uma política de acesso contundente que permitisse ampliar esse percentual da faixa etária entre 18 e 24 anos, garantindo-lhes a matrícula na educação superior.

O interesse pelo tema tem assim sua gênese nas inquietações por ele suscitadas, principalmente considerando as mudanças instituídas pelo Estado Brasileiro, no que se refere às formas de acesso à universidade.

A trajetória histórica da educação superior no Brasil é permeada de fatos econômicos, sociais e políticos aqui pontuados, indissociáveis do estudo proposto, pois se configuram como determinantes de sua estruturação e fundantes do cenário educacional brasileiro na contemporaneidade.

O ano de 1945 caracteriza-se por um alargamento da cidadania com a passagem de um Estado, em sentido estrito, para um Estado ampliado, através de lutas acirradas das classes sociais, trazendo consequências para as políticas públicas, e em particular, para a Educação no Brasil. O modelo Fordista/Keynesiano, com um amplo desenvolvimento do aparelho escolar, respondeu às exigências produtivas de um maior nível educacional do século XX. Ressalta-se a explosão de matrículas no nível superior: 13 milhões de estudantes em 1960, para 82 milhões, em 1995 (PEREIRA, 2006).

As mudanças promovidas pela ditadura militar a partir de 1964, no que se refere ao sistema de proteção social e particularmente, no campo da educação pública, tiveram como consequência um crescente investimento do setor privado na educação superior, em detrimento dos investimentos públicos, situação esta que perdura até os dias atuais. Apoiado pelo Banco Mundial, o Estado vem efetuando esta expansão com base na capacidade das instituições privadas de assegurar um rápido aumento de matrículas e, através da competição entre estas, melhorar a qualidade do ensino e beneficiar a sociedade a partir de um custo público baixo (PEREIRA, 2006).

Esta referência de Estado que se aprofunda até o presente (2011) traz como consequências: a baixa integração entre políticas sociais e a competição por recursos, as propostas de novos modelos organizacionais, os incentivos à expansão dos serviços públicos “não estatais” e à flexibilidade de gestão, a lógica macroeconômica de valorização do capital financeiro e subordinação da política social à mesma encolhendo os direitos sociais e ampliando o espaço do mercado (BRAVO; MATOS, 2007).

Ainda na perspectiva da contra reforma do Estado brasileiro, assim como a saúde e a cultura, a educação também foi designada como setor de serviços não exclusivos do Estado o que significou como diz Chauí (2003, p. 6),

a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social...

A percepção da influência da política econômica nas políticas sociais, e em particular nas políticas de ensino superior, historicamente estabelecida pelos governos brasileiros ao longo do tempo, se materializa a partir do entendimento de sua construção.

Em relação à admissão de estudantes ao ensino superior percorrendo a linha do tempo, tem-se em 1808 a instituição dos exames preparatórios para os cursos superiores existentes no Brasil. Porém, apenas os colégios de elite, a partir de 1837, foram privilegiados para o ingresso. Nos anos 1915, ocorre uma mudança com a instituição do Decreto nº 11.530 (BRASIL, 1915), que muda o nome das provas, chamando-as de vestibulares.

Os testes aplicados à época compreendiam duas etapas distintas, porém, complementares. Em um primeiro momento o candidato era submetido à prova escrita e dissertativa, para posteriormente ser sabatinado oralmente. Poder-se-ia realizar nova convocação em razão do não preenchimento das vagas oferecidas.

O modelo instituído – de habilitação – permaneceu em uso até meados dos anos 60, tendo em vista o aumento significativo do número de candidatos. A partir daí, passa a ser utilizado o formato classificatório, de questões de múltipla escolha, de fácil correção, com a introdução da prova de nível intelectual para a medida,

principalmente, da capacidade de raciocínio verbal e numérico dos candidatos, servindo-se de tecnologia de computadores, tendo como piloto o curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

O exame de admissão ao curso superior, posteriormente conhecido como vestibular, tornou-se obrigatório por lei, através do Decreto nº. 8.659 (apud RIBEIRO NETTO, 1985). Configurou-se como a única forma de acesso ao ensino universitário, permanecendo até os anos 1998.

Em seu artigo 65, o Decreto nº. 8.659 (apud RIBEIRO NETTO, 1985, p. 41)

Para concessão da matrícula, o candidato passará por um exame que habilite a um juízo de conjuntos sobre o seu desenvolvimento intelectual e capacidade para empreender eficazmente o estudo das matérias que constituem o ensino da faculdade: Seu parágrafo primeiro complementava: "O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escrita em vernáculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e ciências.

Cabe ressaltar aqui que esta nova metodologia, apesar de minimizar as dificuldades existentes no modelo anterior, produzia uma demanda reprimida de alunos, tendo em vista os critérios de nota mínima, com relação ao limite de vagas existentes para os primeiros colocados.

O vestibular transformava-se num instrumento para descartar candidatos e não para selecioná-los; aumentava o grau de dificuldade das provas, tornando-as incompatíveis com aquilo que, de fato, era ensinado no curso colegial. O distanciamento entre o que era ensinado ao aluno no secundário e o que era pedido ao candidato no vestibular criou um vazio entre o ensino secundário e o superior no qual, com muito senso de oportunismo, os conhecidos "cursinhos" se insinuaram e floresceram (RIBEIRO NETTO, 1985, p. 43).

Como consequência, obtém-se aí, uma mobilização estudantil, de âmbito nacional, resultando na promulgação da Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968), que previa uma nota máxima de corte.

Assim é que, no seu artigo 21, Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968, não paginado), estabelece:

O Concurso Vestibular abrangerá os conhecimentos comuns as diversas formas de educação de 2º grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores.

É importante mencionar uma conseqüente demanda reprimida na rede pública, que ocasiona, neste período, a permissão, pelo MEC, de abertura de inúmeras escolas superiores privadas, conforme já mencionado no início deste capítulo.

A partir destas mudanças verifica-se a necessidade de sistematização do processo de ingresso ao curso superior em todo o território nacional. Em 1970, tem-se a criação da Comissão Nacional do Vestibular Unificado. Como exemplos desta forma unificada de vestibular, cita-se a criação da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), pela USP, encarregada de proceder a avaliação de candidatos das duas outras universidades estaduais, a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), porém, algum tempo depois, ambas resolvem realizar seus exames separadamente.

Essa unificação do concurso vestibular possibilitava aos candidatos concorrer às vagas de todas as unidades de ensino superior associadas em um mesmo e único processo seletivo. A formatação da inscrição dos concorrentes se dava através de um sistema de opções prévias, indicadas pelos mesmos onde constava a sua ordem de preferência das carreiras. Tal mecanismo evitava o desgaste físico, emocional e econômico dos candidatos, a partir do momento em que ele resolvia seu problema com um único ato de inscrição.

Cabe destacar que a Fundação Cesgranrio também foi criada com esta finalidade nos anos 1971/1972.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996), ocorrem mudanças em função da autonomia das escolas na escolha de seus próprios critérios de acesso.

1.1 O ENEM COMO POLÍTICA EDUCACIONAL

O avanço tecnológico e científico inerentes ao mundo contemporâneo globalizado marca, sobremaneira, o padrão comportamental da sociedade como um todo, principalmente, no que concerne ao rebatimento dessa nova ordem societária para jovens de diferentes esferas sociais. Nela se pode encontrar grupos com privilégio de acompanhar o consumo global e, em contraponto, outra categoria que, excluída do acesso ao referido consumo, cria mecanismos de inserção social por meio de movimentos musicais impactantes, como por exemplo,

funk e hip hop (GUIMARÃES, 2002).

E é nesse contexto que se dá a implantação da reforma da educação básica brasileira, profundamente influenciada pela participação de seus educadores não só em fóruns internacionais, como também, pela LDBEN. Dá-se início a debates para reestruturação da educação no Brasil, materializado pela elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio em 1999 (GUIMARÃES, 2002).

Um produto oriundo desse processo de reformulação educacional foi a introdução do Enem como forma de acesso ao curso superior. Aplicado pela primeira vez em 1998, o Enem é um exame anual que objetiva fundamentalmente realizar avaliação do desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania, estabelecido pela Portaria Ministerial n.º 438 (PACHECO; RISTOFF, 2004). É um exame voluntário criado para avaliar as proficiências e habilidades dos estudantes, a partir da concepção de educação integrada ao cotidiano concebido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC (BRASIL, 1994).

Percebe-se que a formação de indivíduos voltada para o mercado de trabalho vem se acentuando ao longo dos anos, marcado pela sua competitividade, influenciando sobremaneira as diversas formas de construção dos processos avaliativos, tanto para as realidades internacionais quanto para a realidade brasileira. O rebatimento desta lógica se dá ao se privilegiar a formação geral do estudante na educação básica permitindo sua autonomia como sujeito na vida social (BRASIL, 1998).

Observa-se esse direcionamento da formação a partir do momento em que o estudante se apropria de conteúdos tradicionais das ciências e das artes com vistas à atender demandas cada vez mais complexas, da realidade social contemporânea, em um curto espaço de tempo. Demandas estas que exigem um elevado padrão para a escolaridade básica e que deve ser acompanhado por um projeto pedagógico da escola direcionado ao desenvolvimento de competências necessárias ao estudante no cotidiano de sua vida profissional (BRASIL, 1998).

Pode-se encontrar na LDBEN (BRASIL,1996) as premissas que introduzem mudanças profundas no ensino médio, de modo que o estudante egresso do mesmo deva apresentar: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

A fim de atender essas demandas, em seu artigo 9º, inciso VI, a LDBEN (BRASIL,1996) obriga a União a viabilizar processos avaliativos para toda a educação básica, delegando ao Inep a execução desses processos, centrados na avaliação de desempenho por competências, com enfoque voltado para as diversas áreas do conhecimento (INEP, 1998).

Essa formatação do Enem traz como pressuposto a possibilidade de conhecer a realidade educacional brasileira, uma vez que, estabelece como referencial os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a LDBEN (BRASIL,1996), bem como a reforma do Ensino Médio e matrizes curriculares de referência para o Saeb.

Para melhor entendimento do que significam competências e habilidades, tem-se o que prevê o documento básico:

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do "saber fazer". Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências. A Matriz pressupõe, ainda, que a competência de ler, compreender, interpretar e produzir textos, no sentido amplo do termo, não se desenvolve unicamente na aprendizagem da Língua Portuguesa, mas em todas as áreas e disciplinas que estruturam as atividades pedagógicas na escola. O aluno deve, portanto, demonstrar, concomitantemente, possuir instrumental de comunicação e expressão adequado tanto para a compreensão de um problema matemático quanto para a descrição de um processo físico, químico ou biológico e, mesmo, para a percepção das transformações de espaço/tempo da história, da geografia e da literatura (BRASIL, 1998, p. 5).

A matriz construída tomando por base as competências cognitivas globais permitiu que se identificasse todas as habilidades pertinentes, fornecendo assim subsídios para a realização de uma avaliação orientadora no sentido de formular questões considerando todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 1998).

Com relação às habilidades, diz o documento:

1. Dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno, de natureza científica, tecnológica ou social,

- identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para realização ou interpretação do mesmo.
2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.
 3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.
 4. Dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área de conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa.
 5. A partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores.
 6. Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.
 7. Identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social, e comparar diferentes recursos e opções energéticas.
 8. Analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos.
 9. Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida, em sua relação com condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana.
 10. Utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico.
 11. Diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos.
 12. Analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores.
 13. Compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana.
 14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.
 15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.

16. Analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental.
17. Na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices, e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais.
18. Valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares.
19. Confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados.
20. Comparar processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.
21. Dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais (INEP, 1998, p. 6-8).

A partir destas formulações contidas no documento básico, a estruturação dos testes do Enem avalia o desempenho do estudante em dois momentos: nas provas objetivas e na redação, cada uma valendo 100 pontos.

Esse desempenho será qualificado de acordo com as premissas teóricas da Matriz de Competências que se refere às possibilidades totais da cognição humana na fase de desenvolvimento próprio aos participantes do ENEM – jovens e adultos. Essa qualificação será expressa nas seguintes faixas de desempenho: insuficiente a regular, que corresponde às notas entre 0 a 40, inclusive; regular a bom, que corresponde às notas entre 40 a 70, inclusive; e de bom a excelente, que corresponde às notas entre 70 a 100 (INEP, 2000, p. 8).

1.2 OBJETIVO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Aprofundar o debate sobre o acesso ao ensino superior brasileiro requer que algumas referências teóricas sejam estudadas, em especial publicações de autores que analisam o desempenho de estudantes, das mais variadas áreas do conhecimento, durante os períodos acadêmicos associando os aspectos singulares das áreas específicas com os resultados dos exames de acesso bem como outras variáveis preditivas verificando os efeitos destas que são apontados nesses estudos.

Tais referências são balizadoras da análise proposta pela autora, que

pretendeu contribuir para a elaboração de procedimentos necessários ao acompanhamento do resultado dos estudantes durante sua vida acadêmica que poderão servir como norteadores não só para a política de acesso ao ensino superior, como também, agregar valor aos processos avaliativos já existentes.

Trata-se de um estudo piloto a respeito da política de acesso à educação superior, aplicada pelo Estado brasileiro, cujo objetivo foi avaliar a possível relação entre a forma de acesso ao ensino superior por meio do Enem e o desempenho de estudantes durante o curso de graduação. O interesse foi analisar retrospectivamente as médias semestrais obtidas pelos estudantes durante todo o curso de graduação, no período de 2006 a 2010, e suas notas de acesso à universidade, no Enem 2006, além de identificar o perfil socioeconômico desses estudantes.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário o conhecimento de variáveis presentes em processos avaliativos desta natureza, tais como: indicadores socioeconômicos, resultados dos exames para acesso ao ensino universitário, médias obtidas nos semestres, pelo estudante, em disciplinas cursadas durante o período acadêmico, inserção do mesmo no mercado de trabalho.

Como todo processo de avaliação, foi necessário obter resposta à seguinte questão avaliativa: Em que medida existe relação entre as notas obtidas no Enem e os resultados dos estudantes no decorrer do curso superior?

Em face do exposto, considerando o resultado do estudante como elemento central para entender o rebatimento da política de educação, abordar a temática permitiu apreender e avançar na construção de uma proposta de avaliação continuada do estudante durante o curso superior, ancorado no arcabouço da universalização do acesso, com a qualidade desejada.

O lócus de realização da avaliação proposta foi a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tal escolha se fundamentou no protagonismo dessa universidade na adesão ao Enem, desde 2001, como uma das formas de ingresso de estudantes aos cursos de graduação. Tal adesão vem acontecendo gradativamente. Os cursos da Unirio (2010) disponibilizavam nos primeiros anos 10% do total de vagas de ingressantes, até que em 2008, esse percentual aumentou para 50%, destinado aos candidatos que desejassem utilizar sua nota do exame para o referido pleito.

Em 2009, o MEC através do Inep institui o Novo Enem e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que traz em seu termo de referência, a normativa para as Instituições Federais de Ensino implementarem. Assim sendo, as Universidades tiveram que levar para apreciação e aprovação desta matéria aos seus conselhos superiores. O que essa proposta traria de diferencial para as universidades? Inicialmente, verifica-se no documento que o novo Enem abre possibilidades de utilização de seus resultados para ingressantes aos cursos superiores, conforme o termo de referência:

[...] A modificação do formato do Exame Nacional do Ensino Médio (novo ENEM) com a realização das provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (incluindo redação); Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Matemática e suas Tecnologias --- e a conseqüente valorização dos conteúdos acadêmicos próprios do ensino médio, gera a possibilidade de utilização dos resultados desse exame para a seleção dos ingressantes no ensino superior (BRASIL, 2009, p.1).

Cabe ressaltar que neste período a Unirio reuniu seus conselhos superiores aprovando a adesão em 100% ao novo sistema de ingresso aos seus cursos de graduação, porém, sem acabar com os Testes de Habilidades Específicas (THE) para os cursos que exigem tal complementação avaliativa, por exemplo, teatro, música, etc. Essa adesão reafirmou o posicionamento da comunidade universitária da Unirio na defesa de um sistema nacional articulado de educação, destacando uma política de valorização dos profissionais desta área e o compromisso no aprimoramento da formação de professores. Ressalte-se ainda que a Reitora da Unirio, à época, Profa. Dra. Malvina Tuttman (2010), apoiou a proposta por entender que o novo Enem auxiliará no processo de repensar a matriz curricular do Ensino Médio, no sentido de priorizar o desenvolvimento de habilidades e competências, tais como senso crítico, raciocínio lógico, solidariedade e formação cidadã. A Reitora destacou que o Sisu garante o acesso às universidades públicas federais de forma mais democrática para todo o país e incentiva a mobilidade estudantil pelo território nacional (TUTTMAN, 2010). Cabe mencionar também que o presente estudo é de interesse da Instituição, pois poderá, futuramente, auxiliar nos processos de acompanhamento dos estudantes de graduação.

1.3 O CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

O curso da UNIRIO focalizado no presente estudo foi o de Arquivologia, da escola do mesmo nome. Embora tenha surgido no início do século XX, para atender às necessidades internas do Arquivo Nacional, foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) em 1977 e, desde junho de 1979, integra o Centro de Ciências Humanas da Unirio. Esta escolha foi pautada na facilidade de acesso às informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo, agregado ao fato do Curso de Arquivologia desenvolver uma prática avaliativa diagnóstica objetivando possibilitar a vivência da avaliação formativa e processual. Isso significa realizar, de fato, a avaliação em todos os momentos em que o professor convive com o aluno e não somente em momentos estanques e determinados (UNIRIO, 2006).

Atualmente, a Escola de Arquivologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO possui um diretor com funções executivas, administrativas e acadêmicas, um órgão colegiado formado pelos professores da Escola (em torno de 23 docentes, número este que varia de acordo com as disciplinas oferecidas em cada semestre) e 180 alunos matriculados, em média (UNIRIO, 2006).

A Arquivologia é uma área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, que estuda e trata os dados contidos nos documentos arquivísticos transformando-os em informação potencialmente capaz de produzir conhecimento e desenvolvimento social. A área de atuação da Arquivologia compreende a gestão da produção, do processamento e da disseminação da informação corrente, necessária e básica para a tomada de decisões na administração contemporânea (UNIRIO, 2006).

A partir do ano de 2003, o curso em tela passou a utilizar o Enem como forma de acesso, em substituição ao vestibular convencional, porém, com adesão da ordem de 10% das vagas de ingressantes.

Conforme mencionado anteriormente, o Curso de Arquivologia, a partir de sua criação em 1977, deu início às suas atividades acadêmicas pautadas no projeto pedagógico elaborado para o seu desenvolvimento. Como movimento natural da vida acadêmica, a busca da qualidade e do aprimoramento, se dá através da revisão dos projetos pedagógicos dos cursos. Nesse sentido, o conjunto de professores, técnicos administrativos e estudantes da Escola de Arquivologia, deu início ao

processo de revisão curricular, a partir de 1997 até 1999, com interrupção de três anos, retomando em 2003. Sua primeira versão foi consolidada em 2005 e revisada em 2006 e se constitui como integrante das diretrizes emanadas da Comissão de Estudos Curriculares, no âmbito do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos, consolidaram o Grupo de Trabalho para a Reforma Curricular (UNIRIO, 2006).

O grupo de trabalho que viabilizou a proposta destas reformas entendeu que a questão da mudança curricular não pode ser vista como meramente técnica, tendo como norteadores demandas impostas ao profissional arquivista, existentes na sociedade contemporânea e expressas através da tecnologia interativa. Outro ponto de destaque trazido por este grupo é o entendimento que o currículo é mais uma ferramenta de orientação do processo ensino aprendizagem, mas não o único.

Além dos Parâmetros curriculares estabelecidos pela LDBEN (BRASIL, 1996) que nortearam a elaboração da proposta, o Projeto Pedagógico segue o estabelecido, legalmente pelo MEC:

1. Lei de Regulamentação da profissão de arquivista, n.º 6.546, de 04 de julho de 1978.

2. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

3. Parecer CNE/CES 492/2001 – trata dos diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais de alguns cursos de graduação, entre eles, Arquivologia.

4. Parecer CNE/CES 1363/2001 – que retifica o parecer anterior.

5. Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002 – estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia (UNIRIO, 2006).

A proposta de mudança curricular no que se refere às competências e habilidades desejadas ao profissional arquivista pretende atingir os objetivos vinculados à formação de um profissional que seja capaz de:

- pensar, decidir, planejar, executar, coordenar, supervisionar, orientar, assessorar e dirigir as atividades na área arquivística.
- Prestar consultorias e ser competente para ocupar a função de direção de instituições arquivísticas públicas e privadas, e entendendo estas instituições como parte integrante de uma sociedade.
- Elaborar pareceres técnicos e desenvolver pesquisas acadêmicas e científicas para o enriquecimento intelectual desta área de

conhecimento, que vem se impondo a cada dia, tanto no mercado de trabalho, quanto na sociedade em geral.

- Gerenciar e racionalizar a informação equacionando as questões pertinentes à produção documental.
- Demonstrar conhecimento e habilidades profissionais, neste mercado cada vez mais competitivo, sem contudo deixar de buscar o amadurecimento profissional, através de experiência e da constante atualização, por meio da educação continuada e permanente.
- Conhecer os referenciais teóricos da Arquivologia, articulando-os à prática profissional.
- Promover e defender o patrimônio cultural arquivístico.
- Facilitar, o acesso à informação, democratizando a mesma (UNIRIO, 2006, p. 11).

Com a mudança curricular, a reformulação do Curso de Arquivologia da UNIRIO pretende atualizar a sua área de conhecimento tendo em vista os avanços das pesquisas neste campo, em consonância com a legislação vigente.

Para melhor entendimento do significado desta mudança curricular, o Quadro 1 exibe a Matriz Curricular em vigor com as disciplinas oferecidas no Curso de Arquivologia da Unirio.

O Quadro referente às disciplinas propostas pela reforma com as respectivas ementas consta no ANEXO B.

Quadro 1 – Matriz Curricular em vigor do Curso Arquivologia da UNIRIO.

Arquivo I	Notariado
Introdução à Metodologia Científica I	Introdução à documentação Arquivística
Fundamentos de Inglês Instrumental	Estágio Supervisionado I
História das Instituições Jurídicas	Reprografia II
Introdução aos Estudos Históricos I	Paleografia
Arquivo II	Introdução à Comunicação
Introdução à Metodologia Científica II	Organização de Arquivos Empresariais
Leitura e Interpretação em Língua Inglesa	Organização de Arquivos Administrativos
Introdução aos Estudos Históricos II	Conservação e Restauração de Documentos
Introdução à Administração	Estágio Supervisionado II
Teoria da Classificação	Arquivos Especiais
Arquivo III	Gestão de Documentos
Administração	Heráldica e Genealogia
Estatística aplicada à proc. técnicos documentais	Arquivos Contábeis
História da Historiografia Brasileira	Métodos e Técnicas da Pesquisa Arquivística
História Econômica e Adm. do Brasil I	Elementos de análise e sistemas computacionais
Arquivo IV	Estágio supervisionado III
Reprografia I	Organização prática de arquivos I
História Econômica e Adm. do Brasil II	Monografia I
Noções de Contabilidade	Organização prática de arquivos II
Diplomática	Monografia II

Fonte: UNIRIO (2006).

2 CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO ENEM

Falar do Enem e de sua possível relação com o resultado dos estudantes de graduação pressupõe fazer algumas considerações preliminares que se configuram como fundantes do exame como ele se apresenta nos dias de hoje. Para tal, faz-se necessário elencar alguns elementos básicos da política educacional brasileira na contemporaneidade.

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo MEC (BRASIL, 2007), emerge como “mola propulsora” para a modificação da finalidade do Enem, que além de avaliador do aluno no ensino médio passa a funcionar como mecanismo de universalização do acesso ao ensino superior.

Apesar de o ensino universitário atender a um pequeno segmento da sociedade, conforme já foi mencionado no capítulo anterior, é importante destacar que a construção de uma política nacional de educação universitária pressupõe impactos sociais para além do segmento diretamente atingido.

Considerando as ações afirmativas³ que estão postas na referida política é possível identificar o caráter democratizador do Exame quando, em nível nacional, amplia o acesso do estudante ingressante ao ensino universitário. Verifica-se também nesse processo, uma via de mobilidade social a partir da escolarização, uma vez que, para alunos oriundos da rede pública, o exame oferta bônus⁴ ao resultado final da pontuação obtida pelo estudante. Tal processo combinado com o Reuni produz efeitos em todo território nacional uma vez que, sem um estudo de viabilidade técnica para execução das mudanças pertinentes, as cidades elencadas não se estruturaram para as mudanças exigidas por esta ampliação, conseqüentemente, não poderiam atender às demandas que se apresentavam.

Se um dos objetivos desta política de acesso é compensar as profundas desigualdades sociais existentes na realidade brasileira, sua efetivação ainda apresenta entraves importantes. Entraves esses que o governo vem tentando

³ Os programas de ações afirmativas são na verdade políticas de correção de desigualdades sociais e formas de efetivação de direitos. O Brasil tem sido alvo, a partir dos anos 1990, dos referidos programas que têm como objetivo reconhecer e corrigir situações de direitos negados socialmente ao longo da história. A defesa das ações afirmativas pressupõe uma tomada de posição contra o mito da democracia racial e a exclusão social existente no Brasil (BRASIL, 2009).

⁴ O sistema faculta às instituições a adoção de um bônus como forma de ação afirmativa. Ou seja, no lugar de estabelecer uma reserva de vagas (cota), a instituição atribui uma "pontuação extra" (bônus), a ser acrescida à nota obtida no Enem pelo candidato. Nestes casos, o candidato beneficiado com a bonificação concorre com todos os demais inscritos em ampla concorrência (BRASIL, 2009).

minimizar através da instituição, pelo MEC, da Política de Assistência Estudantil que são implementadas pelas universidades. As ações constantes dessa política e que estão sendo desenvolvidas inicialmente são o Programa de Bolsa Permanência, o Auxílio Moradia e o Restaurante Universitário, porém, ainda não são suficientes para superar as questões mencionadas.

Faz-se necessário lembrar a trajetória de implantação do Reuni e o seu impacto nas universidades brasileiras para a identificação das diversas manifestações da questão social durante todo o processo de implementação do Enem e que se acentua até o momento presente.

No percurso da linha do tempo encontra-se, em abril de 2007, o Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007), que institui o Reuni e estipula, para as 52 universidades brasileiras, prazo exíguo para discutir nos conselhos superiores das mesmas e deliberar quanto à sua implantação e implementação. Este posicionamento do governo causou enorme comoção no meio acadêmico e inúmeras manifestações de insatisfação, não pela apresentação da proposta às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), mas por não oportunizar, em função da exiguidade do prazo, um debate aprofundado do referido plano de reestruturação na comunidade universitária, plano este tão ansiosamente aguardado por várias décadas.

Dentre os pontos mais polêmicos contidos na proposta encontram-se as metas institucionais a serem atingidas. As principais são: elevar em 100% as matrículas nos cursos de graduação; aumentar a taxa de conclusão de curso, diminuindo a evasão, para 90% – a média dos países de desenvolvimento industrial avançado, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico gira em torno de 70% (OCDE, 2010) e estabelecer uma relação professor-aluno de 1:18 (a média atual é de cerca de 1:14,5). O prazo fixado para o atingimento dessas metas foi de 5 anos (MATTOS, 2007).

É necessário ressaltar que durante todo esse tempo a universidade brasileira vinha sofrendo por desfinanciamento, em função da falta de investimentos por parte de governos anteriores e essa oportunidade que se apresentava naquele momento, através do REUNI, poderia solucionar os inúmeros problemas acentuados ao longo dos anos.

Houve várias manifestações de descontentamento por parte das Ifes noticiados pelos jornais de grande circulação. Destaque para UFRJ e Unirio, conforme trechos da matéria de jornal à época:

Cerca de 150 estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ocupam a reitoria desde o fim da manhã desta quinta-feira (18) em protesto contra a adesão da instituição ao Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do Ministério da Educação). [...] A adesão foi deliberada na sessão do Conselho Universitário desta quinta (18). Os alunos acusam o reitor Aloísio Teixeira de não ter levado à votação os projetos alternativos apresentados pela comunidade acadêmica [...] (OCUPAÇÃO..., 2007, não paginado).

Cerca de cem estudantes estão no hall de entrada à reitoria. Eles protestam contra a adesão da universidade ao Reuni. Mais uma universidade é palco de manifestação estudantil contra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Rio de Janeiro. Desta vez, cerca de cem alunos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) ocupam o hall do prédio da reitoria desde o início da noite desta quinta-feira (25)... [...] Implantado em abril deste ano, o objetivo do Reuni, segundo o decreto que o instituiu, é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais. As metas são aumentar a relação professor/aluno (para um para 18) e elevar para 90% a taxa de aprovação dos estudantes ao final de cinco anos. O MEC pretende investir cerca de R\$ 2 bilhões até 2010 (ESTUDANTES..., 2007, não paginado).

Ressalte-se que na Unirio, embora a manifestação tenha sido realizada pelos estudantes, houve por parte dos segmentos docente e técnico administrativo, muitas dúvidas acerca do plano de reestruturação apresentado pela reitoria aos conselheiros que o aprovaram. Uma vez aprovado, o Reuni foi implementado na UNIRIO seguindo cronograma elaborado por comissão específica instituída pela reitoria.

É a partir da implantação do Reuni que a Unirio, em seguida, aprova em seus conselhos superiores a adesão total ao Enem como forma de acesso aos seus cursos de graduação e a consequente seleção dos candidatos através do Sisu, instituído pelo MEC, para operacionalizar o processo seletivo em todo país.

Retomando a questão dos impactos dessa mudança no exame em todos os segmentos da sociedade brasileira, observa-se no decorrer das últimas edições do Enem que ainda existem muitos ajustes a serem efetuados, tanto de ordem administrativa, quanto metodológica. Atento a isso, o MEC, através do Inep, estuda modificações no que concerne à regionalização do Enem, tendo em vista inúmeros problemas enfrentados nas cidades integrantes do exame.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A implementação de processos avaliativos da educação imprime a necessidade de se obter respostas à questão que se configura como norteadora desse estudo. Os fundamentos desta análise foram estudos que se propuseram a examinar a capacidade preditiva do Enem para obtenção de um bom resultado acadêmico dos ingressantes no ensino superior (SOUZA, 2006). Para isto, utilizou-se como referência o coeficiente de rendimento (CR) dos estudantes, em todos os períodos do Curso de Graduação em Arquivologia da Unirio, dos anos 2006 a 2010.

3.1. ABORDAGEM

A preocupação no campo de avaliação das políticas públicas é estudar o processo de tomada de decisões e os fatores que influenciam esse processo. Avaliação das políticas implica atribuir valor as suas consequências, ao aparato institucional onde as políticas ocorrem e aos próprios atos que pretendem modificar seu conteúdo, implicando na definição de critérios. Envolve princípios políticos fundamentais sobre alguma concepção referente ao bem-estar humano, destacando os princípios de igualdade e de democracia, bem como a concepção de cidadania (SILVA, 1997).

O estudo, considerando as notas obtidas pelos alunos no Enem 2006, pretendia verificar a relação dessas notas com os resultados de rendimento apresentados, por período, ao longo do Curso de Graduação em Arquivologia da UNIRIO, utilizando-se de referencial teórico pertinente ao tema proposto.

Foi levantada a seguinte questão avaliativa: Em que medida o Enem se relaciona ao resultado do estudante do Curso de Arquivologia da Unirio?

Para a realização da análise foi utilizada a abordagem que se acredita ser a mais adequada para o exame proposto, a centrada em objetivos. Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) nesta abordagem, os propósitos de uma atividade são especificados e, nesse caso, a avaliação concentra-se no alcance dos mesmos.

Buscando subsidiar a análise dos documentos e dados constantes do estudo proposto que permitiu responder à questão avaliativa que trata do rendimento do estudante, a autora criou o Quadro 2 de indicadores e padrões de julgamento.

Quadro 2 – Indicadores e padrões de julgamento do rendimento do estudante no Enem e no curso.

Indicadores	Padrões
Nota obtida no Enem	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2006.1	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2006.2	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2007.1	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2007. 2	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2008.1	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2008.2	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2009.1	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2009.2	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2010.1	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim
Coeficiente de rendimento (CR) 2010.2	7 a 10 = muito bom 5 a <7 = bom <5 = ruim

Fonte: A autora (2010).

3.2 ANÁLISE AVALIATIVA DOCUMENTAL

Em função da inexistência de registros documentais digitalizados, no período de 2003 a 2006, na Unirio, para a análise pretendida, optou-se por estudar a partir dos resultados obtidos no referido exame e o coeficiente de rendimento do estudante, no decorrer dos períodos letivos do Curso de Arquivologia da Unirio, dos

anos 2006 a 2010.

No que se refere à análise avaliativa documental – estudo retrospectivo de acompanhamento de resultados, o estudo considerou o coeficiente de rendimento constante dos históricos individuais dos estudantes do Curso de Arquivologia da UNIRIO, turma 2006 a 2010, para associá-lo às notas obtidas no Enem. Para isso a utilizou-se os registros das notas destes estudantes disponibilizadas pela secretaria do Curso de Arquivologia. Nessa ocasião, obteve-se também as respostas codificadas dos questionários socioeconômicos dos estudantes, fornecidas pela Cosea/Unirio.

Os procedimentos de análise de conteúdo têm muito a oferecer aos processos de exame de documentos que também são usados para descrever, analisar e resumir tendências observadas em escritos, conforme afirmam Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004).

A coleta de dados foi realizada de outubro a dezembro de 2010. Os dados foram tratados descritivamente, sendo apresentados sob a forma de tabelas e gráficos. Foram analisados em Janeiro de 2011, a partir da sua geração e, conforme dizem Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 535): “a análise de dados concentra-se na organização e redução de informações e na elaboração de inferências lógicas ou estatísticas; a interpretação, por outro lado, atribui significado às informações organizadas e tira conclusões”. Por se tratar de uma análise retrospectiva, optou-se por realizar avaliação dos registros dos estudantes, baseada ainda nos estudos de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 536):

...orientações para a interpretação na análise de dados:

1. Verificar se os objetivos foram alcançados
2. Verificar se leis, valores democráticos, regulamentações ou princípios éticos foram transgredidos
3. Verificar se as necessidades encontradas foram reduzidas
4. Determinar o valor das realizações
5. Pedir a grupos de referência cruciais para examinar os dados e dar seu parecer a respeito de êxitos e fracassos, pontos fortes e fracos.
6. Comparar os resultados com os apresentados por entidades ou projetos semelhantes
7. Comparar os níveis de desempenho sobre variáveis críticas com as expectativas ou os padrões de desempenho
8. Interpretar os resultados à luz dos procedimentos avaliatórios que os geraram...

Cada fonte documental foi capaz de gerar um material de análise e o resultado deste processo está apresentado em gráficos e tabelas. Para isso utilizou-se a ferramenta do *Excel*.

Entende-se que o produto final desse processo avaliativo deve ser devolvido à comunidade universitária onde se ministra o curso avaliado e que se configurou como lócus da análise. Essa devolução de resultados do processo em tela, pretendida pelo avaliador, é uma maneira de suscitar o debate sobre o material produzido, com possibilidade de utilização dos procedimentos avaliativos para os demais cursos da universidade.

Será elaborado um relatório com a proposta e os resultados da avaliação construída a partir desse estudo com vistas a sua apresentação junto à instituição. Esta última fase da avaliação tem como objetivo publicizar o estudo com a apresentação dos principais resultados obtidos à comunidade universitária, através de gráficos e tabelas constantes de relatório analítico consolidado, com as considerações pertinentes.

4 ANÁLISE DOS REGISTROS DOS INGRESSANTES NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO: ANO 2006

Conforme descrito no capítulo anterior, o estudo proposto previa analisar os registros dos alunos ingressantes do curso de graduação em Arquivologia da Unirio, dos anos 2006 a 2010, cujo acesso era o Enem. Tais registros são as notas obtidas pelos estudantes no Enem e o coeficiente de rendimento dos períodos estudados.

Durante o período da análise documental verificou-se que a referida turma era composta de 24 alunos, onde somente sete ingressaram via Enem, dois não concluíram o curso, e os demais entraram por outras formas de acesso, tais como vestibular, reingresso, transferência, conforme registros encontrados na secretaria do Curso de Arquivologia. É importante destacar que do total mencionado, somente dois estudantes dessa mesma turma ingressaram via vestibular. Assim, optou-se por incluí-los também no referido estudo, embora tivesse constatado a insuficiência do número total de estudantes no referido Curso.

Sendo o foco da análise em tela o Enem, e como a adesão da Unirio em 100% se deu efetivamente a partir de 2009, optou-se pela continuidade do estudo, de modo que pudesse servir de referência para avaliações futuras de qualquer curso de graduação da Unirio, com um quantitativo mais expressivo.

4.1 NOTAS DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: ENEM

O Enem é constituído de duas provas, realizadas em momentos distintos. A primeira tem caráter objetivo enfocando, conforme descrição no Capítulo 2, questões relacionadas a todas as áreas do conhecimento, considerando as competências e habilidades adquiridas ao longo do processo educacional no ensino básico; a segunda é uma prova de redação. Do somatório de ambas tira-se a média aritmética e obtém-se a média final.

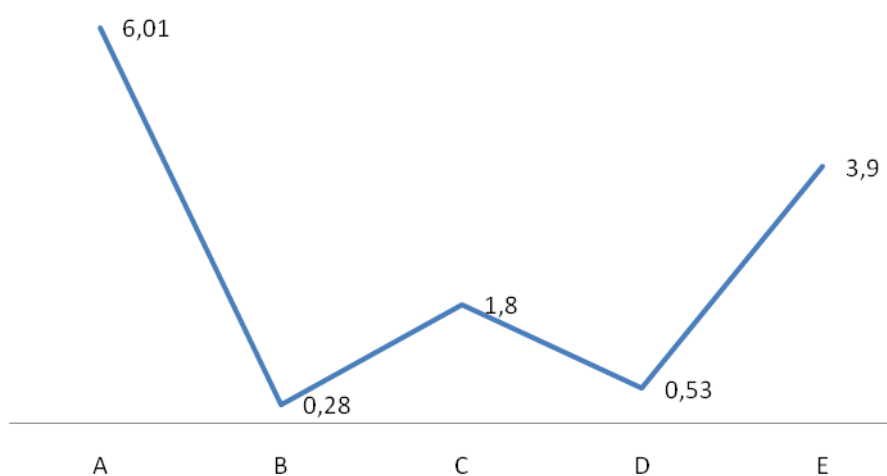
A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam as médias do Enem dos estudantes do Curso em tela com o respectivo desvio padrão e o coeficiente de variação.

Tabela 1 – Média do Enem, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação.

Estudantes	Média do Enem	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação %
A	85,25	4,58	6,01
B	76,53	0,22	0,28
C	73,34	1,37	1,80
D	75,25	0,41	0,53
E	70,06	3,00	3,90

Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Gráfico 1 – Coeficiente de Variação das Médias do Enem.



Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Tendo como parâmetro de avaliação os critérios estabelecidos pelos indicadores constantes deste estudo para os resultados referentes às médias do Enem, pode-se aferir que houve baixa variação, tomando como referência o nível de rendimento bom, indicado no Quadro 1.

4.2 COEFICIENTE DE RENDIMENTO DOS ESTUDANTES EM TODOS OS PERÍODOS DO CURSO

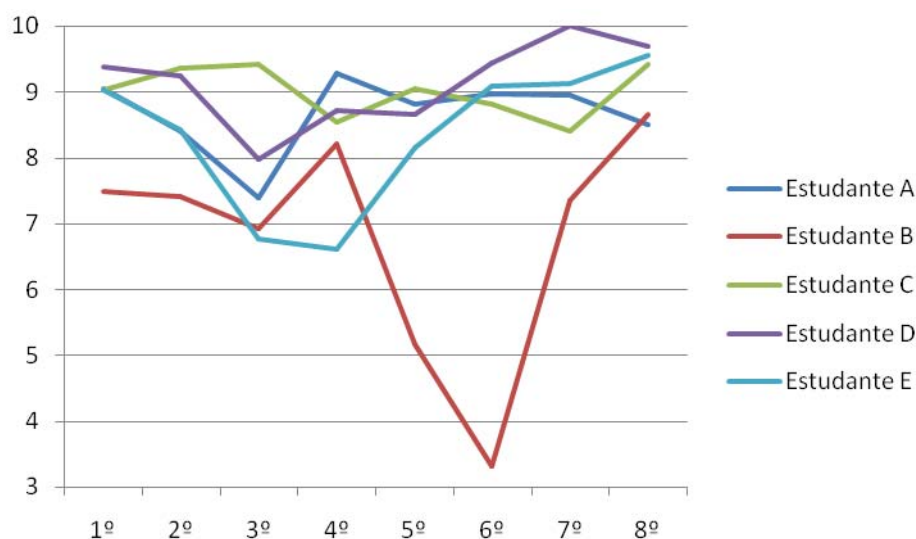
A Tabela 2 e o Gráfico 2 mostram o resultado do rendimento dos estudantes ingressantes no primeiro e segundo semestres do ano de 2006, via Enem, do Curso de Arquivologia.

Tabela 2 – Coeficiente de rendimento dos estudantes via Enem.

Período	Estudante A	Estudante B	Estudante C	Estudante D	Estudante E
1º	9,04	7,49	9,03	9,37	9,03
2º	8,40	7,41	9,35	9,25	8,42
3º	7,39	6,92	9,41	7,98	6,77
4º	9,28	8,20	8,54	8,72	6,61
5º	8,81	5,16	9,05	8,65	8,15
6º	8,96	3,32	8,82	9,44	9,09
7º	8,95	7,35	8,40	10,00	9,12
8º	8,50	8,65	9,42	9,70	9,55
Total	8,66	6,45	8,99	8,95	8,46

Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Gráfico 2 – Coeficiente de rendimento dos ingressantes via Enem.



Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Percebe-se no Gráfico 2, que o rendimento dos estudantes de forma geral foi muito bom, pois segundo o Quadro 1 as notas prevalentes encontram-se na faixa de 7 a 10. Pode-se observar, no 6º período, que o estudante B alcançou um CR ruim, abaixo de 5, discrepando dos demais.

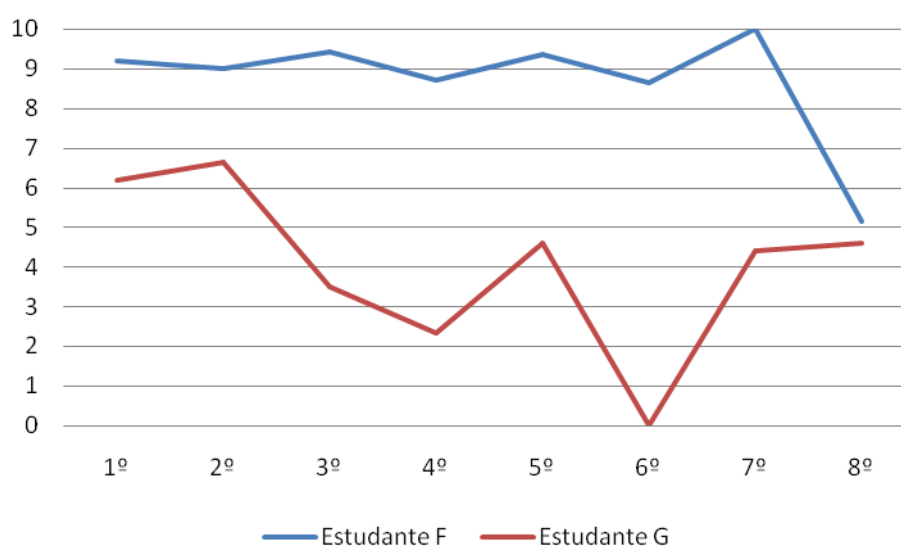
Na Tabela 3 e no Gráfico 3 encontra-se o resultado do rendimento dos estudantes ingressantes no primeiro e segundo semestres do ano de 2006, via Vestibular, do Curso de Arquivologia.

Tabela 3 – Coeficiente de rendimento dos ingressantes via Vestibular.

	Estudante F	Estudante G
1º	9,21	6,18
2º	9,00	6,65
3º	9,42	3,50
4º	8,72	2,32
5º	9,35	4,60
6º	8,63	0,00
7º	10	4,42
8º	5,16	4,60
Total	8,73	4,18

Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Gráfico 3 – Coeficiente de rendimento dos ingressantes via Vestibular.



Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Observa-se duas condições extremas apontadas no Gráfico 3, um aluno com rendimento médio considerado muito bom e outro ruim, com 7 CR abaixo de 5. Nota-se também, verificando pelos semestres que, o grau de maior dificuldade ocorreu no 4º e no 6º períodos.

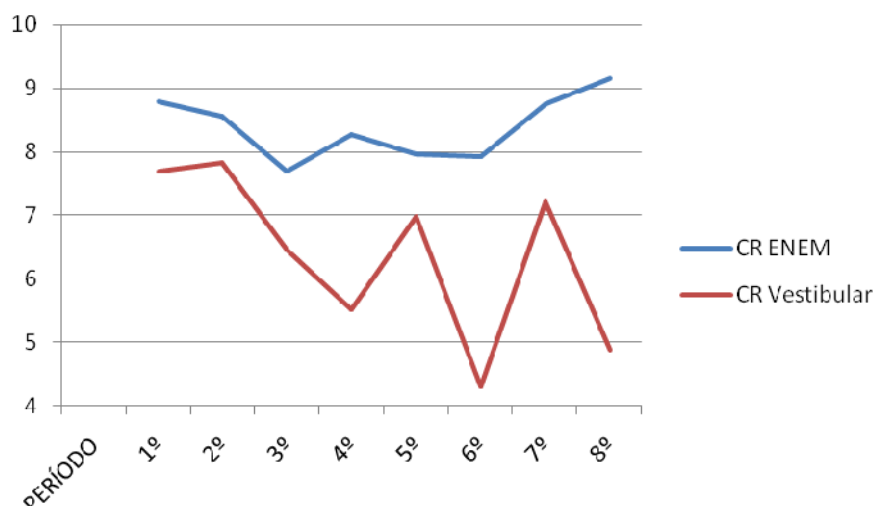
As médias obtidas por todos os estudantes ingressantes do Curso de Arquivologia do primeiro e segundo semestres do ano de 2006, efetuando uma comparação entre as duas vias de acesso: Enem e Vestibular são apresentadas na Tabela 4 e Gráfico 4.

Tabela 4 – Coeficiente Médio de rendimento dos ingressantes via Enem e Vestibular.

Período	CR dos ingressantes via ENEM	CR dos ingressantes via Vestibular
1º	8,79	7,69
2º	8,56	7,82
3º	7,69	6,46
4º	8,27	5,52
5º	7,96	6,97
6º	7,92	4,31
7º	8,76	7,21
8º	9,16	4,88

Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

Gráfico 4 – Coeficiente de rendimento dos ingressantes pelo Enem e Vestibular.



Fonte: Unirio (2006), adaptado pela autora (2011).

No Gráfico 4 pode-se verificar que os alunos ingressantes via Enem obtiveram rendimento, semestre a semestre, sempre superior aos ingressantes via Vestibular.

4.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INGRESSANTES NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO EM 2006

Ao participar do processo seletivo aos cursos de graduação da Unirio, o estudante recebe um questionário socioeconômico (ANEXO A) com 40 perguntas, para ser preenchido. As respostas deste questionário são digitalizadas e codificadas pela Coordenação de Seleção e Acesso (Cosea).

Como o estudo proposto previa analisar os resultados dos estudantes obtidos no decorrer do curso superior, para delinear o perfil socioeconômico de cada estudante ingressante no curso de Arquivologia da Unirio, via Enem e Vestibular, no

ano de 2006, foi realizada consulta à Cosea que disponibilizou os dados necessários para a análise proposta.

Para aperfeiçoar a avaliação pretendida, foram agrupadas as respostas correlacionadas do questionário socioeconômico, ficando distribuídas em blocos de categorias que expressem a situação de renda e trabalho do contexto familiar desses estudantes. Ao contrário do que prevê o Critério de Classificação Econômica Brasil⁵ (2011) que centraliza sua análise na obtenção de bens, a investigação foi sistematizada em indicadores que pudessem identificar o perfil socioeconômico (Quadro 3).

Quadro 3 – Indicadores e padrões socioeconômicos dos estudantes.

Categoria	Indicadores	Padrões
Contexto do estudante	Escolaridade	Natureza da Instituição cursada, em que turno e pré-vestibular
Contexto familiar	Escolaridade dos pais	Observância da associação entre a escolaridade dos pais e o resultado do estudante
Contexto socioeconômico	Atividade laborativa do estudante	Natureza da participação na renda familiar, idade de início no mundo do trabalho e perspectivas laborais durante o curso superior
	Atividade laborativa dos pais ou cônjuge	Participação na renda familiar
	Renda mensal da família	Cálculo em salários mínimos e distribuição <i>per capita</i>
Contexto habitacional	Residência da família	Natureza e dependências do imóvel onde o estudante e sua família residem
Bens patrimoniais	Transporte e equipamento de informática	Aquisição de veículos, computadores e outros
Hábitos de leitura do estudante	Leitura informal	Média de livros, não didáticos, lidos pelo estudante por ano
Curso pretendido pelo estudante	Expectativa	Inserção no mercado de trabalho; formação profissional; turno de sua preferência

Fonte: A autora (2011).

Considerando o objeto do estudo foram recortadas questões e agrupadas por similaridades, tendo como referência o Quadro 3, de indicadores e padrões.

O primeiro item diz respeito à Natureza da Instituição cursada, em que turno e se o estudante fez pré-vestibular. Observa-se que quase todos os estudantes

⁵ É um sistema de classificação de preços ao público brasileiro. Tem o objetivo de ser uma forma única de avaliar o poder de compra de grupos de consumidores. Deixa de lado a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais" e divide o mercado exclusivamente em classes econômicas. As classes definidas pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) são A1, A2, B1, B2, C, D e E (CRITÉRIO..., 2011).

analisados (seis, dos sete) cursaram o ensino médio e fundamental em instituições públicas, não fizeram curso preparatório para vestibular e os turnos alternaram entre manhã e noite.

No item observância da associação entre a escolaridade dos pais e o resultado do estudante, os dados revelam que cinco dos sete pais e mães de estudantes que não frequentaram escola, porém seus filhos agregam valor ao estudo de um curso superior.

Com relação à natureza da participação na renda familiar, idade de início no mundo do trabalho e perspectivas laborais durante o curso superior na análise apresentada pode-se aferir que a maioria de estudantes (seis de sete) é trabalhadora com início de suas atividades laborativas na faixa etária entre 15 e 18 anos, em complementaridade às formas de sustentabilidade financeira que a família possui.

O item cálculo em salários mínimos e distribuição *per capita* apresenta maior concentração de estudantes (cinco de sete) com renda entre as faixas de quatro a seis salários mínimos, distribuídos entre duas a três pessoas que residem sob o mesmo teto.

Partindo para o item relacionado à situação habitacional tem-se a natureza e dependências do imóvel onde o estudante e sua família residem. Pode-se apreender que há estudantes (dois de sete) residindo em imóveis próprios não quitados e dois de sete que residem em imóveis cedidos por terceiros, os três restantes pagam aluguel. O número de cômodos varia entre um e quatro.

No item aquisição de veículos, computadores e outros pode-se verificar que sete estudantes respondentes informam não possuir veículos automotores. Porém, no que se refere aos computadores, observa-se que os mesmos acessam a internet na casa de amigos e na própria casa. No que se refere à média de livros, não didáticos, lidos pelo estudante por ano observa-se que os estudantes possuem hábito de leitura razoável, uma vez que seis de sete procuram ler por ano entre três e cinco livros.

O item inserção no mercado de trabalho; formação profissional; turno de sua preferência pretende aferir o grau de expectativa do estudante no curso pretendido. Apreende-se aí que seis de sete estudantes esperam que o curso possa lhes propiciar uma formação com qualidade capaz de promover rápida inserção no mercado de trabalho.

5 CONDIÇÕES PARA A AVALIAÇÃO

Uma das primeiras dificuldades encontradas para o desenvolvimento da avaliação proposta para o curso de Arquivologia da Unirio foi a detecção de amostra insuficiente para um estudo pontual. De início, acreditava-se que de uma turma com 24 alunos, poder-se-ia analisar 20, fato este que não ocorreu. Conforme já mencionado, do total de alunos da turma de 2006, somente sete ingressaram via Enem, destes dois abandonaram o curso. Quanto aos ingressantes via Vestibular, apenas dois alunos foram incluídos no estudo tendo em vista, a discordância de registros existentes na Cosea em relação às informações constantes na secretaria da Arquivologia. Em razão do exposto, optou-se por realizar a análise com este material existente como balizador da construção da relação de condições para uma avaliação, ao invés de elaborar as recomendações pertinentes aos processos avaliativos.

Todo o percurso metodológico realizado no desenvolvimento desta análise avaliativa constituiu-se um ensaio que deu subsídios para a proposição de condições que possibilitem a realização de um processo avaliativo dos resultados dos estudantes, relacionando-os à forma de ingresso à universidade. Esta proposição pretende contribuir para o aprimoramento dos processos avaliatórios do ensino superior, que vem sendo realizados pelo MEC ao longo do tempo. Nessa perspectiva, foram relacionadas as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de um estudo avaliativo, seguidas da descrição e comentários pertinentes.

- Condição1 - Verificação da existência de amostra significativa para atender aos objetivos propostos.

É recomendável agrupar estudantes por Centro Acadêmico e não escolhendo apenas um determinado curso, como estratégia para obtenção de amostras maiores, com vistas a permitir a continuidade do estudo ainda que ocorra evasão.

A viabilidade do estudo se dá a partir dos dados existentes para análise, atendendo aos objetivos do mesmo. Conforme Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 536), no que se refere às avaliações centradas em objetivos, alguns pontos devem ser fundamentais: “Verificar se os objetivos foram alcançados. [...] Comparar os níveis de desempenho sobre variáveis críticas com as expectativas ou os padrões de desempenho. Interpretar os resultados à luz dos procedimentos

avaliatórios que os geraram”.

- Condição 2 - Solicitação de autorização do Diretor do Centro Acadêmico escolhido para o estudo pretendido.

Para se realizar pesquisa ou avaliação nas instituições faz-se necessário a obtenção de autorização do responsável para o desenvolvimento das atividades pretendidas. Em casos de pesquisa envolvendo seres humanos é imprescindível autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição.

Utiliza-se como referência de legislação a Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS 196/96 – referente à pesquisa envolvendo seres humanos (ANEXO C).

- Condição 3 - Levantamento da documentação necessária ao estudo: histórico escolar dos estudantes dos cursos escolhidos para a análise desejada.

Essa documentação disponibilizada contém todas as informações pertinentes à vida acadêmica do estudante durante todo o curso e dados relevantes que permitirão o acompanhamento da evolução deste no decorrer da graduação.

Os procedimentos de análise de conteúdo têm muito a oferecer aos processos de exame de documentos que também são usados para descrever, analisar e resumir tendências observadas em escritos, conforme afirmam Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004).

- Condição 4 - Estudo do modelo de questionário socioeconômico

O questionário é composto por 40 perguntas objetivas sobre o contexto sócio familiar, cultural e econômico do estudante. Ao se trabalhar com número suficiente de estudantes, o referido questionário poderá produzir dados que permitirão um estudo de fatores associados.

Para realizar avaliações em larga escala ou em estudos cujas amostras sejam significativas recomenda-se a utilização do Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB (ANEXO D).

- Condição 5 - Análise das Respostas dos Questionários dos alunos dos cursos integrantes do Centro Acadêmico escolhido.

Esse questionário é respondido por todos os estudantes por ocasião da inscrição ao exame de acesso e aborda variáveis de trabalho e renda da família do estudante.

A utilização do Critério Brasil como norteador da análise das respostas destes

questionários permite a realização de estudos comparativos através de ferramentas estatísticas específicas.

- Condição 6 - Elaboração de tabela de desempenho do estudante, em todos os períodos do curso.

A tabela permite se obter visão global do desempenho do estudante em todas as disciplinas do curso, apontando períodos de maior ou menor evolução deste, permitindo observar os motivos e as disciplinas que causaram tal situação.

Através de resultados estatísticos obtidos a partir da utilização da ferramenta *Excel* torna-se possível verificar oscilações no desempenho acadêmico, bem como, as possíveis causas das mesmas.

- Condição 7 - Estudo do histórico dos estudantes considerando as notas dos exames de ingresso.

Verificar a nota de ingresso do estudante no Curso de graduação é necessário quando se pretende identificar em que patamar este estudante se encontra em comparação com os que ingressaram por outras vias de acesso.

Recomenda-se a utilização do *Excel* para a tabulação das notas dos exames de ingresso, bem como, outras ferramentas estatísticas pertinentes a estudos comparativos.

- Condição 8 - Tratamento dos dados extraídos a partir da tabulação das notas dos exames de ingresso.

A tabulação das notas deve ser realizada com a utilização do *Excel* aplicando também fórmula estatística para verificação do coeficiente de variação.

O coeficiente de variação é necessário pois indicará o que pode estar abaixo ou acima do que foi estabelecido como padrão, observando o quadro de categorias, indicadores e padrões.

- Condição 9 - Análise dos resultados do tratamento estatístico aplicado ao conjunto de dados obtidos.

Esta análise deve ser realizada observando o contido nos Quadros onde constam os indicadores e padrões construídos para o estudo.

Tal procedimento é necessário para responder às questões avaliativas do estudo pretendido.

- Condição 10 - Elaboração de relatório final da avaliação.

Este documento deverá conter a descrição das etapas da avaliação e parecer

do avaliador indicando recomendações. Em seguida, deverá ser entregue ao dirigente da Instituição.

Este relatório é o resultado de todo o processo avaliativo e é a partir dele que a instituição poderá ou não acatar o que for recomendado para melhoria da qualidade dos cursos de graduação.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Universidade Brasileira é uma instituição jovem em termos latino americanos e mundiais. Tem sua gênese a partir dos inúmeros desafios do Brasil Republicano contemporâneo e, nesse contexto, assume uma imensa responsabilidade no sentido da formação de cidadãos participativos e críticos.

Com base nas análises apresentadas neste estudo, algumas observações se fazem necessárias e elucidativas. No decorrer do curso a Unirio, através da Reitoria, solicitou que fosse realizada uma avaliação do Enem considerando a adesão feita por esta universidade, a partir de sua implantação. Desta forma a decisão tomada foi aceitar esse desafio. Nessa perspectiva, optou-se por uma avaliação de resultados obtidos por estudantes de um curso da Unirio, conforme o exposto anteriormente. Dando início ao estudo pertinente e ressaltando a exiguidade de tempo para sua realização, buscou-se enfrentar as dificuldades encontradas em função de alguns dados estatísticos existentes de forma pouco sistematizadas na universidade. Observou-se divergência entre os registros encontrados na Arquivologia e os constantes do banco de dados da Cosea. O número de ingressantes via Enem era insuficiente em qualquer curso que se quisesse avaliar, pois a adesão em 100% só ocorreu em 2009 e até aquela data o que acontecia era uma adesão gradual, iniciando com 10%.

O estudo realizado partiu de uma análise pontual das médias de estudantes ingressantes, via Enem e Vestibular ao curso de Arquivologia da Unirio, ano de 2006, identificou seu perfil socioeconômico e trouxe para o debate a política de permanência dos estudantes na universidade. Cabe ressaltar que essa política é considerada como um fator associado importante, que pode influenciar diretamente, não só nos resultados do desempenho destes, como podem ser determinantes para que eles concluam o curso de graduação e ingressem no mercado de trabalho.

O sistema universitário brasileiro foi criado e desenvolvido sob a égide de um modelo importado representando os interesses econômicos e culturais da burguesia nacional e estrangeira. Fortemente influenciadas pelo colonialismo português, as antigas escolas superiores são substituídas por modelos e padrões de outros países. O objetivo era a criação de uma elite universitária brasileira, com potencial de atuação na perspectiva desenvolvimentista. As Universidades brasileiras, enquanto instituições desempenharam ao longo da história uma vinculação com o

desenvolvimento conjunto da sociedade. Ressalte-se que, mesmo sob influência de modelos estrangeiros e, particularmente, pelo modelo americano que vincula a formação profissional ao atendimento do mercado, a Universidade Brasileira vem apresentando movimentos de transformação. Múltiplas reformas institucionais realizaram-se da década de 1950 até os primeiros anos do século XXI. Desencadeada na década de 70, a crise capitalista se acentua na contemporaneidade provocando profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho para atender as exigências do mercado mundial impostas pelo capital financeiro, alterando as relações entre o Estado e a Sociedade (IAMAMOTO, 2008).

A reforma da educação superior tem sido objeto da ação político-administrativa de vários governos, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) tanto pela via legislativa, quanto por medidas ostensivas de restrição do crescimento do setor público federal e de incentivo à expansão do setor privado; tanto pela negação da autonomia, pelo congelamento salarial, pela redução de vagas docentes e de funcionários e pelo drástico corte do financiamento das instituições federais de ensino superior, quanto pela adoção de um sistema de avaliação da educação superior contábil e definidor de *ranking* interinstitucional, ao gosto da mídia e do mercado (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2005).

Mais recentemente, no governo Lula, essas transformações vem ocorrendo embora sob a forma de decretos, porém, com alguns avanços importantes na tentativa de agregar qualidade ao sistema educacional brasileiro.

A questão do Enem não pode ser analisada apenas por resultados, mas também, juntamente com fatores associados, como o perfil socioeconômico do aluno, e a permanência desse aluno na universidade. Nesse sentido, o estudo realizado apontou para a necessidade de estruturação da universidade, com as devidas adequações, a fim de que possa dar respostas à sociedade no que se refere ao papel da universidade enquanto instituição.

Embora a análise realizada não tenha respondido à questão avaliativa do estudo, ficando inconclusivo em função de o número de estudantes ser insuficiente, esses entraves não inviabilizaram o seu desenvolvimento tendo em vista a elaboração de um conjunto de condições para avaliação apresentando como contribuição no aprimoramento dos processos avaliativos já existentes.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma: desregulamentação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 27 maio 2010.

_____. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1915. Seção 1, p. 3028. Republicação.

_____. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 dez. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº. 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 102-E, 1 jun. 1998. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: maio 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº. 1.795, de 27 de dezembro de 1994. Cria o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 246, 28 dez. 1994. Seção 1, p. 20.767-20.768.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Termo de Referência do Novo Enem: Sistema de Seleção Unificada*. Brasília, DF, 2009.

Disponível em: <www.inep.gov.br/pesquisa/legislação>. Acesso em: dez. 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. *Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social: Elementos para o Debate*. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Org.). *Saúde e serviço social*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CHAUI, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. *Conferência na sessão de abertura da...* Poços de Caldas, MG, 2003.

CRITÉRIO de Classificação Econômica Brasil. *Wikipédia*, [S. l.], 2011. Disponível em: <www.pt.wikipedia.org>. Acesso em: abr. 2011.

ESTUDANTES ocupam Reitoria da Unirio, *G 1*, Rio de Janeiro, 25 out. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL158994-5606,00-ESTUDANTES+OCUPAM+REITORIA+DA+UNIRIO.html>>. Acesso em: 3 maio 2010.

FREITAS, Álvaro Henrique; GARCIA, Vanessa Coelho; BIRENBAUM, Ricardo. Enem: um demonstrativo das mudanças socioeconômicas no perfil dos participantes. *Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 104-124, jan./abr. 2009.

GUIMARÃES, Raul Borges. *Mudança social, ciências humanas e Enem*. In: INEP. *Eixos cognitivos do Enem*. Brasília, DF, 2002. p. 92 .

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>>. Acesso em: maio 2010.

INEP. *Enem: Exame Nacional do Ensino Médio: documento básico*. Brasília, DF, 1998.

_____. *Enem: Exame Nacional do Ensino Médio: documento básico*. Brasília, DF, 2000.

_____. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Sinaes: avaliação externa das Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento. Brasília, DF, 2006.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma Santos. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: dez. 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Reuni: expansão ou escolão?. *Cadiufes*, Vitória, 26 out. 2007. Disponível em: <<http://cadiufes.wordpress.com/2007/10/26/reuni/>>. Acesso em: abr. 2011.

OCDE. *Panorâmica da Educação 2010*: indicadores da OCDE. Paris, 2010. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd>. Acesso em: abr. 2011.

OCUPAÇÃO da UFRJ é protesto contra a adesão ao REUNI. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jul. 2007. Disponível em: <www.g1.globo.com.br/noticias/rio>. Acesso em: dez. 2010.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília, DF: MEC, Inep, 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>>. Acesso em: maio 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior no Brasil. *Revista Ágora: políticas públicas e serviço social*, Concórdia, SC, 2006.

RIBEIRO, Pedro Augusto Flexa. *Avaliação de competências ao longo do ensino médio*. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO NETTO, Adolpho. O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias. In: SEMINÁRIO SOBRE VESTIBULAR HOJE, 1985, Brasília. *Trabalhos apresentados...* Brasília, DF, 1985.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JUNIOR, João dos Reis. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade de privatização e mercantilização do público. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da. *Avaliação de políticas sociais: concepção e modelos analíticos*. São Paulo: Cortez, 1997. (Serviço Social e Sociedade, n. 53).

SOUZA, Adilson Martins. *Validade preditiva de um processo seletivo em relação ao desempenho de universitários de Psicologia*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Faculdade de Psicologia, Universidade de São Francisco, Itatiba, SP, 2006.

TUTTMAN, Malvina. [Entrevista com a Reitora]. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.cosea.unirio.br>. Acesso em: set. 2010.

UNIRIO. Escola de Arquivologia. *Histórico dos estudantes da turma de 2006 a 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Mimeografado.

_____. Escola de Arquivologia. *Proposta de reformulação do Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro, 2006.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK; Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

ANEXOS

ANEXO A - Perguntas e Respostas Socioculturais**Coordenação de Seleção e Acesso**

1. ESTADO CIVIL:
 - 1) Solteiro(a)
 - 2) Casado(a)
 - 3) Viúvo(a)
 - 4) Separado(a) Legalmente
 - 5) Outros

2. LOCAL ONDE NASCEU:
 - 1) Estado do Rio de Janeiro
 - 2) Estado de São Paulo
 - 3) Estado do Espírito Santo
 - 4) Estado de Minas Gerais
 - 5) Outros

3. VOCÊ CURSOU ENSINO FUNDAMENTAL (1º GRAU):
 - 1) Todo em escola pública
 - 2) Todo em escola particular
 - 3) Maior parte em escola pública
 - 4) Maior parte em escola particular
 - 5) Em escola comunitária
 - 6) Supletivo
 - 7) Outros

4. VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO (2º GRAU):
 - 1) Todo em escola pública
 - 2) Todo em escola particular
 - 3) Maior parte em escola pública
 - 4) Maior parte em escola particular
 - 5) Em escola comunitária
 - 6) Supletivo
 - 7) Outros

5. QUE CURSO DO ENSINO MÉDIO (2º GRAU) VOCÊ CONCLUIU OU CONCLUIRÁ?
 - 1) Educação geral
 - 2) Técnico
 - 3) Magistério de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (1º grau)
 - 4) Outro profissionalizante
 - 5) Supletivo
 - 6) Outros

6. DURANTE O CURSO DE ENSINO MÉDIO (2º GRAU), VOCÊ:
 - 1) Obteve bolsa (parcial ou total) de estudos
 - 2) Pagou integralmente
 - 3) Coursou em estabelecimentos de ensino gratuito

7. EM QUE TURNO VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO (2º GRAU)?
 - 1) Manhã
 - 2) Tarde
 - 3) Noite
 - 4) Manhã e tarde
 - 5) Tarde e noite

8. QUAL A SUA AUTOIDENTIFICAÇÃO ÉTNICA?
 - 1) Branco
 - 2) Negro
 - 3) Amarelo
 - 4) Cafuzo
 - 5) Mameluco
 - 6) Mulato
 - 7) Asiático

9. VOCÊ FREQUENTOU OU FREQUENTA CURSO PRÉ-VESTIBULAR?
 - 1) Sim
 - 2) Não

10. POR QUAL MOTIVO VOCÊ FEZ OU FAZ CURSO PRÉ-VESTIBULAR?
 - 1) O colégio onde estudei/estudo não possui um preparo adequado
 - 2) Pois o curso pré-vestibular ensina "macetes" e "dicas"
 - 3) Para atualizar e aprofundar meus conhecimentos
 - 4) O colégio onde estudo tem convênio com um curso pré-vestibular
 - 5) Obtive bolsa
 - 6) Não fiz curso pré-vestibular

11. VOCÊ JÁ PRESTOU ALGUM EXAME DE VESTIBULAR ANTERIORMENTE?
 - 1) Sim, mas não para UNIO/ENCE
 - 2) Sim, para UNIRIO/ENCE
 - 3) Sim, para UNIRIO/ENCE e para outras instituições
 - 4) Não

12. VOCÊ JÁ INICIOU ALGUM CURSO SUPERIOR?
 - 1) Não
 - 2) Sim, mas abandonei
 - 3) Sim, estou cursando
 - 4) Sim, mas já o conclui

13. ESTE ANO, PRETENDE CANDIDATAR-SE:
 - 1) Somente a este processo seletivo
 - 2) A outro(s) vestibular(es), com mesma opção de curso deste Processo Seletivo
 - 3) A outro(s) vestibular(es), com opções de cursos diferentes deste Processo Seletivo

14. QUAL PRINCIPAL MOTIVO O LEVOU A OPTAR POR UMA DESSAS INSTITUIÇÕES (UNIRIO/ENCE)?
- 1) Oferece o melhor ensino do curso que escolhi
 - 2) Oferece o horário mais adequado para minha rotina
 - 3) Pois é gratuito
 - 4) É a única que oferece o curso de minha escolha
 - 5) Por ser a mais escolhida por meus amigos
 - 6) Por ser próxima à minha residência
 - 7) Por ser bem conceituada
15. QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO DO SEU PAI?
- 1) Não frequentou escola
 - 2) Ensino Fundamental (1º grau) incompleto
 - 3) Ensino Fundamental (1º grau) completo
 - 4) Ensino Médio (2º grau) incompleto
 - 5) Ensino Médio (2º grau) completo
 - 6) Superior incompleto
 - 7) Superior completo
 - 8) Não sei
16. QUAL O GRAU DE INSTRUÇÃO DA SUA MÃE?
- 1) Não frequentou escola
 - 2) Ensino Fundamental (1º grau) incompleto
 - 3) Ensino Fundamental (1º grau) completo
 - 4) Ensino Médio (2º grau) incompleto
 - 5) Ensino Médio (2º grau) completo
 - 6) Superior incompleto
 - 7) Superior completo
 - 8) Não sei
17. SEU PAI OU CÔNJUGE:
- 1) Trabalha
 - 2) Está desempregado
 - 3) É aposentado
 - 4) Vive de renda
 - 5) É falecido
18. SUA MÃE OU CÔNJUGE:
- 1) Trabalha
 - 2) Está desempregada
 - 3) É aposentada
 - 4) Vive de renda
 - 5) É falecida
19. QUAL É A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA?
- 1) Até 1(um) salário mínimo
 - 2) De 1(um) a 3(três) salários mínimos
 - 3) De 4(quatro) a 6(seis) salários mínimos
 - 4) De 7(sete) a 10(dez) salários mínimos
 - 5) De 11(onze) a 20(vinte) salários mínimos

- 6) De 21(vinte e um) a 30(trinta) salários mínimos
 - 7) De 31(trinta e um) a 40(quarenta) salários mínimos
 - 8) De 41(quarenta e um) a 50(cinquenta) salários mínimos
 - 9) Acima de 50(cinquenta) salários mínimos
20. QUANTAS PESSOAS VIVEM DA RENDA FAMILIAR CITADA NA QUESTÃO ANTERIOR?
- 1) Uma
 - 2) Duas
 - 3) Três
 - 4) De quatro a seis
 - 5) De sete a dez
 - 6) Mais de dez
21. O IMÓVEL QUE VOCÊ RESIDE É:
- 1) Próprio, já quitado
 - 2) Próprio, não quitado
 - 3) Alugado
 - 4) Cedido
 - 5) Outro
22. NÃO INCLUINDO AS DEPENDÊNCIAS DE SERVIÇOS, QUAL É O NÚMERO DE CÔMODOS DO IMÓVEL ONDE VOCÊ RESIDE?
- 1) Um ou dois
 - 2) Três ou quatro
 - 3) Cinco ou seis
 - 4) Sete ou oito
 - 5) Nove ou mais
23. SUA FAMÍLIA;
- 1) Não tem automóvel
 - 2) Tem um automóvel
 - 3) Tem dois automóveis
 - 4) Tem três ou mais automóveis
24. VOCÊ TRABALHA?
- 1) Sim
 - 2) Não
25. COM QUAL IDADE VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR (ATIVIDADE REMUNERADA)?
- 1) Nunca trabalhei
 - 2) Antes dos 14 anos
 - 3) Entre os 15 e os 18 anos
 - 4) Após os 18 anos
26. VOCÊ PRETENDE TRABALHAR (EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA), ENQUANTO FAZ O CURSO SUPERIOR?
- 1) Não
 - 2) Sim, apenas em estágio para treinamento

- 3) Sim, em tempo parcial
- 4) Sim, em tempo integral

27. QUANTO A ATIVIDADE REMUNERADA, QUAL A SUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA?

- 1) Não trabalho
- 2) Trabalho, mas sem remuneração
- 3) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família
- 4) Trabalho e me sustento
- 5) Trabalho e contribuo com o sustento da família
- 6) Trabalho e sou responsável pelo sustento de toda a família

28. QUAL MEIO VOCÊ MAIS UTILIZA PARA SE MANTER INFORMADO SOBRE ACONTECIMENTOS ATUAIS?

- 1) Jornal
- 2) Televisão
- 3) Rádio
- 4) Internet
- 5) Revista

29. ALÉM DOS LIVROS ESCOLARES, QUANTOS LIVROS EM MÉDIA, VOCÊ LÊ POR ANO?

- 1) Nenhum
- 2) De 1(um) a 2(dois)
- 3) De 3(três) a 5(cinco)
- 4) De 6(seis) a 10(dez)
- 5) 11(onze) ou mais

30 VOCÊ LÊ JORNAL?

- 1) Não
- 2) Sim, ocasionalmente
- 3) Sim, aos domingos
- 4) Sim, duas ou três vezes por semana
- 5) Sim, diariamente

31 NO JORNAL, QUAL A SEÇÃO VOCÊ MAIS GOSTA DE LER?

- 0) Não leio jornal
- 1) 1 Noticiário nacional
- 2) Noticiário internacional
- 3) Esporte
- 4) Política
- 5) Economia
- 6) Ciências
- 7) Cultura
- 8) Crime
- 9) História em quadrinhos

32. VOCÊ ASSISTE TELEVISÃO?

- 1) Não
- 2) Sim, ocasionalmente
- 3) Sim, diariamente

33. NA TELEVISÃO, QUAL A SUA PROGRAMAÇÃO PREFERIDA?

- 0) Telejornal
- 1) Filmes
- 2) Novelas
- 3) Documentário
- 4) Entrevistas
- 5) Esportes
- 6) Programas humorísticos
- 7) Tv a cabo
- 8) Programas de auditório
- 9) Programas políticos

34. QUAL O TIPO DE ATIVIDADE DE LAZER VOCÊ MAIS GOSTA?

- 0) Viagem
- 1) Literatura
- 2) Cinema
- 3) Teatro
- 4) Televisão
- 5) Espetáculo musical
- 6) Dança
- 7) Artes plásticas
- 8) Esporte
- 9) Praia

35. O QUE VOCÊ MAIS ESPERA DE UM CURSO UNIVERSITÁRIO?

- 1) Aquisição de cultura geral
- 2) Formação profissional
- 3) Formação teórica
- 4) Título acadêmico
- 5) Perspectiva de ganhos materiais
- 6) Outros

36. O QUE MAIS O INFLUENCIOU NA ESCOLHA DO CURSO PRETENDIDO:

- 1) Facilidade de aproveitamento Profissional
- 2) A família e os amigos
- 3) Prestígio social da profissão
- 4) Indicação de teste(s) vocacional(is)
- 5) Realização de um ideal
- 6) Baixa concorrência pelas vagas

37. SE VOCÊ PUDESSE ESCOLHER O HORÁRIO DO SEU FUTURO CURSO, QUAL SERIA?

- 1) Integral
- 2) Manhã
- 3) Tarde
- 4) Noite
- 5) Indiferente

38. VOCÊ SOUBE DO PROCESSO SELETIVO UNIRIO/ENCE POR MEIO DE:

- 1) Jornal, televisão e rádio
- 2) Cartazes e/ou folhetos
- 3) Amigos ou parentes
- 4) Palestras na escola/curso
- 5) Internet
- 6) Outros

39. EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS ADOTADOS PARA ESTE PROCESSO SELETIVO (UNIRIO/ENCE):

- 1) Não sabia da existência dos programas
- 2) Apenas ouvi falar neles
- 3) Já os li, mas não estudei por eles
- 4) Estudei por eles, procurando atingir cada objetivo, com orientação dos meus professores
- 5) Estudei por eles, procurando atingir cada objetivo, apenas com esforço pessoal
- 6) Não são necessários, pois basta estudar os conteúdos durante o ensino médio (2º) grau

40. ONDE VOCÊ ACESSA A INTERNET?

- 1) Em minha casa
- 2) No 'Cyber Café'
- 3) Na casa de amigos
- 4) No colégio
- 5) No trabalho
- 6) Não acesso

ANEXO B - Quadro das disciplinas propostas pela reforma curricular do curso de Arquivologia – com ementário

Introdução à Arquivologia	Origem e conceito. Estudo e evolução da Arquivologia. Ciclo vital dos documentos. Princípios da Arquivística. A atuação profissional do arquivista em instituições públicas e privadas. A informação, a documentação e o conhecimento. A interdisciplinaridade em Arquivologia.
Construção do Pensamento Arquivístico	Bases filosóficas para o pensamento arquivístico. A evolução do pensamento Arquivístico na cultura ocidental. Reflexões filosóficas no mundo moderno e contemporâneo. Filosofia das políticas arquivísticas.
Metodologia Científica	O saber científico e o saber do senso comum. A pesquisa científica: a questão, a hipótese, a argumentação. Tipos de pesquisa: quanto à sua natureza e quanto ao tipo de dados. Instrumentos utilizados. Tipos de análise. A elaboração e a apresentação de um trabalho científico.
Introdução à Sociologia	A natureza da sociedade. O surgimento da sociologia. O pensamento sociológico clássico. Conceitos sociológicos fundamentais de Comte, Marx, Weber e Durkheim. Abordagens contemporâneas de sociedade e cultura.
Cultura Histórica e Documento	A histórica científica oitocentista e as estratégias de memória social; as coleções documentais como espaços emblemáticos; a questão da cultura histórica e documento no Brasil dos séculos XIX e XX.
Expressão oral e escrita	Noções gerais de gênero discursivo. Esquema de comunicação. Língua oral e língua escrita. Normas gramaticais. Exposição oral.
Metodologia da Pesquisa Arquivística	Abordagem científica da realidade e do conhecimento humano. O método científico. Metodologias de estudo, elaboração e apresentação de trabalhos científicos.
Gestão da Informação Arquivística	Arquivo corrente: conceito, função, rotinas, serviço de protocolo, tramitação, gerenciamento de processos. Arquivo intermediário: conceito, função, administração da eliminação e do recolhimento. Arquivo permanente: conceito, função, recolhimento, custódia, acesso. A sociedade, a pesquisa e os Arquivos Permanentes.
Ética Profissional Arquivística	Profissão com responsabilidade social. Ética e profissão. A profissão de bacharel em Arquivologia. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos.

(Continuação)

(Continuação)

Introdução à Ciência da Informação	Pressupostos teóricos e históricos da ciência da informação. Teoria geral dos sistemas. Teoria da comunicação. Outras teorias. Informação: conceitos e contextos. Fundamentos teóricos sobre aspectos que interferem na produção, comunicação e absorção da ciência, tecnologia, cultura e arte, no seu conceito mais amplo em áreas específicas de atuação (centros de informação e cultura). A sociedade de informação e o processo de automação em museus, bibliotecas e arquivos: impactos e novas estruturas.
Memória, Cultura e Sociedade	Universo simbólico e representações sociais. Memória coletiva e memória social. Relações entre memória e história.
Teoria da Classificação	A classificação como um processo intelectual. A organização do conhecimento no quadro da recuperação da informação. As linguagens da indexação e a recuperação da informação. A classificação de uma área de assunto.
Leitura e Produção de Texto	Disciplina fundamental visando a apresentação e o treinamento em técnicas de leitura e interpretação de textos, elaboração de fichamentos, resumos e resenhas.
Antropologia cultural	A Antropologia Cultural no quadro das Ciências Humanas. Diferenças entre Antropologia Física ou Biológica e Antropologia Cultural/Etnologia. Raça versus Cultura. A noção de diversidade cultural. O método de etnografia. Identidade, subjetividade e alteridade. Teorias e pesquisa antropológicas contemporâneas.
Lógica	História da Lógica. Lógica Clássica e lógicas não clássicas. O conceito, o termo, a proposição, o juízo. Princípios lógicos. Principais conceitos da lógica proposicional de 1ª ordem, da teoria elementar dos conjuntos e da Álgebra de Boole.
Classificação de documentos arquivísticos	Noções de lógica. Teoria da Classificação. A classificação como processo intelectual. Estrutura de sistemas de classificação arquivística. Métodos de classificação.
Avaliação de documentos arquivísticos	Aspectos políticos e ideológicos da avaliação. Avaliação, temporalidade e destinação. Os valores arquivísticos dos documentos. Registro esquemático da avaliação: Tabela de Temporalidade.
Administração I	Apresentação dos movimentos e teorias da Administração. Análise e comparação dos conceitos. Elaboração de novos conceitos sob o enfoque moderno da Administração. Aplicação dos conhecimentos nas tarefas administrativas empresariais.

(Continuação)

(Continuação)

Redes e Sistemas de Informação Arquivística	Teoria Geral dos Sistemas. Conceito de redes e sistemas de arquivos. SINAR – origem, estrutura e desenvolvimento.
Seminário de Arquivística I	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.
Tópicos Especiais	Disciplina com ementas abertas, visando o aprofundamento de tema selecionado pelo professor ministrante.
Informação, Memória e Documento	Diferentes visões e relações entre os conceitos de informação e memória. Processos de comunicação e fluxo da informação: da geração à recuperação. Espaços informacionais Documento/Monumento e a Instituições de Memória: Arquivo, Biblioteca e Museus.
Epistemologia	O problema do conhecimento. As questões fundamentais do conhecimento científico: diferentes abordagens de seus problemas teóricos e metodológicos. O desenvolvimento histórico – filosófico do conhecimento científico.
Diplomática	A gênese documental e as partes constitutivas dos documentos. A tipologia documental com sua nomenclatura. A tradição de documentos: originais e cópias. Documentos eletrônicos e sua interligação com a Diplomática. A onomástica e a cronologia. Análise diplomática e a identificação de documentos autênticos, falsos e falsificados.
Arranjo e Descrição de Documentos	Arranjo de documentos, operação de arranjo, princípio e regras de arranjo. Programa de descrição, objetivos, principais elementos. Instrumentos de pesquisa. Padronização internacional de descrição: ISAD (G) e ISAAR (CPF).
Conservação preventiva de documentos	Conceitos de preservação e conservação. Origem e evolução do papel. Agentes agressores dos documentos. Preservação e políticas públicas de conservação. Tecnologia de preservação. Aplicação na preservação dos acervos.
Estágio Supervisionado I	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.
Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos	Estudos dos processos reprográficos: conceituação, usos e aplicações. Microfilmagem: histórico, usos, vantagens, etapas da produção do microfilme e legislação em vigor. Implantação de sistemas e integração dos serviços nos centros de documentação. Estudos dos processos de digitalização. Estudos do gerenciamento.
Filosofia da Cultura	A reflexão filosófica sobre a cultura: definições e abordagens. A cultura como objeto de reflexão interdisciplinar.

(Continuação)

(Continuação)

Estatística aplicada a processos técnicos documentais	Conhecimentos básicos de estatística para aplicação nos arquivos, para elaboração de relatórios, análise de pesquisas estatísticas no acompanhamento e planejamento do trabalho arquivístico em suas unidades de trabalho.
Arquivos Médicos	Estudo das técnicas e procedimentos específicos utilizados na organização do arquivo médico.
Administração II	Administração em perspectiva. O papel do administrador. O comportamento humano nas organizações. Mudanças na sociedade. Administração contemporânea.
Paleografia	A origem e a evolução da técnica de escrever, com seus sistemas e seus processos evolutivos, desde a antiguidade até o presente, com estudo dos materiais e instrumentos usados na escrita, além das formas mecânicas típicas de cada época. Estudo da acentuação, pontuação e numeração, além dos sistemas abreviativos visando o aperfeiçoamento de sua transcrição. A prática da análise paleográfica e da transcrição documental visando atender as áreas específicas que demandam o assunto paleografia.
Restauração de documentos	História e evolução da restauração. Conceituação preliminar: preservação, conservação e restauração de documentos. Laboratório de restauração de documentos. As técnicas de restauração: diagnóstico, banhos químicos, velatura/laminação, enxerto, remendo e obturação.
História do Brasil contemporâneo	Desenvolvimento social, econômico e político do Brasil. Formação da sociedade brasileira. Questões atuais: o Brasil no processo de globalização.
Pesquisa em Arquivística	A importância da pesquisa em ciências sociais. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Estudos de métodos e técnicas, no âmbito da pesquisa Arquivística, para a elaboração de trabalhos científicos.
Estágio Supervisionado II	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.
Informática aplicada à Arquivística	Relações entre Arquivologia, Informática e as novas tecnologias de informação e comunicação.
Seminário de Arquivística II	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.
Arquivos contábeis	Estudo dos arquivos contábeis, dos métodos utilizados na organização e recuperação da Informação. A importância da conservação dos documentos contábeis.

(Continuação)

(Continuação)

Fundamentos de inglês instrumental	Desenvolvimento de habilidades linguísticas e outros recursos necessários para interação, com textos escritos em língua inglesa: identificação de cognatos. Identificação e abordagem de aspectos morfosintáticos mais complexos. Aspectos da organização textual. Estratégias de leitura. Estratégias de uso de gramáticas e dicionários.
Teoria e prática discursiva na esfera acadêmica	As ciências da linguagem e as teorias do discurso: princípios e conceitos constitutivos. O conhecimento prévio e os gêneros do discurso. Plurilinguismo. Gêneros do discurso literário e não literário. A esfera do discurso acadêmico. A esfera do discurso jornalístico. Informar e opinar. Coerência e tessitura do discurso. Coesão. Como o autor aparece nos textos acadêmicos. Como os outros aparecem nestes tipos de textos. Tópicos de língua padrão. Tópicos de normas técnicas.
TCC I	Planejamento e desenvolvimento de projetos de pesquisas na área de Arquivologia.
Gestão de documentos arquivísticos	Princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos.
Gestão Arquivística de documentos eletrônicos	Reflexões e aplicações da gestão Arquivística em sistemas e ambientes de produção eletrônica de documentos.
Estágio Supervisionado III	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.
Documentação audiovisual e digital	Estudo dos vários arquivos audiovisuais. Os métodos utilizados na organização e recuperação da informação em suporte não convencional. A importância e a metodologia de preservação destes documentos.
Educação especial	A questão dos desvios da "normalidade". A sociedade e a natureza variável de critérios na definição das diferenças. O portador de necessidades educativas especiais, problemas e desafios na inclusão social-escolar.
Comunicação	Comunicação, informação e tecnologias de comunicação e informação. Modernidade e meios de comunicação. Modelos teóricos da comunicação. Contemporaneidade e comunicação: impasses.

(Continuação)

(Continuação)

Educação à Distância	Análise das tendências atuais em educação contextualizando-as. Aspectos históricos da educação à distância (EAD) no Brasil. A operacionalização da EAD. Recursos humanos, tecnológicos e didáticos.
TCC II	Elaboração orientada de monografia de final de curso.
Organização prática de arquivos	O processo de organização dos arquivos, observando as fases de levantamento, avaliação, classificação, arranjo e descrição. Desenvolvimento prático na organização de arquivos, estabelecendo critérios metodológicos para as situações encontradas. Estudo do processo de descrição de acervos elaborando instrumentos de pesquisas, a partir da organização de documentos da Universidade. Elaboração de manual de procedimentos que estabeleça os critérios adotados na organização.
Legislação Arquivística	Constituição Federal, Leis de Arquivos, Lei de Habeas Data, decretos, resoluções do CONARQ e demais instrumentos normativos.
Comunicação técnica e Científica	Ciência, informação científica e comunicação científica. Tipos de comunicação científica. Os canais de comunicação: tipos e características. A aquisição e transmissão de informação na área científica e tecnológica: características. Sistemas de comunicação e a função da biblioteca. Outros canais de informação e seu potencial.
Projetos arquivísticos	Elaboração de propostas de organização de arquivos. Elaboração e acompanhamento de projetos de implantação de sistemas arquivísticos. Consultoria Arquivística.
Gestão de Instituições Arquivísticas	Conceitos de Instituições Arquivísticas. Funcionamento, marketing, programas culturais e educativos nos arquivos. Localização, estrutura física e organizacional. Instituições Arquivísticas públicas. Órgãos de arquivo em instituições privadas. Gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.
Políticas de acesso à informação Arquivística	Conceito de política de acesso. Legislação de acesso. Acesso nas três idades. Política de acesso nos arquivos públicos e privados.
Seminário de Arquivística III	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.

ANEXO C - Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS – 196/96**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE****RESOLUÇÃO Nº 196 DE 10 DE OUTUBRO DE 1996**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 1996, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I - PREÂMBULO

A presente Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

O caráter contextual das considerações aqui desenvolvidas implica em revisões periódicas desta Resolução, conforme necessidades nas áreas tecnocientífica e ética.

Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

II - TERMOS E DEFINIÇÕES

A presente Resolução, adota no seu âmbito as seguintes definições:

II.1 - Pesquisa - classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

II.2 - Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.3 - Protocolo de Pesquisa - Documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e à todas as instâncias responsáveis.

II.4 - Pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

II.5 - Instituição de pesquisa - organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada na qual são realizadas investigações científicas.

II.6 - Promotor - indivíduo ou instituição, responsável pela promoção da pesquisa.

II.7 - Patrocinador - pessoa física ou jurídica que apoia financeiramente a pesquisa.

II.8 - Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 - Dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, com nexos causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.10 - Sujeito da pesquisa - é o(a) participante pesquisado(a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.

II.11 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.12 - Indenização - cobertura material, em reparação a dano imediato ou tardio, causado pela pesquisa ao ser humano a ela submetida.

II.13 - Ressarcimento - cobertura, em compensação, exclusiva de despesas decorrentes da participação do sujeito na pesquisa.

II.14 - Comitês de Ética em Pesquisa-CEP - colegiados interdisciplinares e independentes, com "munus público", de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 - Incapacidade - Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III - ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a)** consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (**autonomia**). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;
- b)** ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (**beneficência**), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c)** garantia de que danos previsíveis serão evitados (**não maleficência**);
- d)** relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (**justiça e equidade**).

III.2- Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

III.3 - A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

- a)** ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;
- b)** estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos;
- c)** ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;
- d)** prevalecer sempre as probabilidades dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis;
- e)** obedecer a metodologia adequada. Se houver necessidade de distribuição aleatória dos sujeitos da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, *a priori*, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro através de revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;
- f)** ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;
- g)** contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal;
- h)** contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do sujeito da pesquisa, devendo ainda haver adequação entre a competência do pesquisador e o projeto proposto;
- i)** prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico - financeiro;
- j)** ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes

casos, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;

l) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades;

m) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

n) garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

o) comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a auto-estima;

p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;

r) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;

s) comprovar, nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documento de aprovação, no país de origem, entre os apresentados para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados do exterior também devem responder às necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;

t) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo;

u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;

v) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem, ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objetivo fundamental da pesquisa;

x) propiciar, nos estudos multicêntricos, a participação dos pesquisadores que desenvolverão a pesquisa na elaboração do delineamento geral do projeto; e

z) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a)** a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b)** os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- c)** os métodos alternativos existentes;
- d)** a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e)** a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- f)** a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g)** a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h)** as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e
- i)** as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a)** ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b)** ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c)** ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d)** ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

- a)** em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificação clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;
- b)** a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;
- c)** nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;
- d)** as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
 - documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);

- consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;
- respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
- sem ônus econômico financeiro adicional à família;
- sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
- possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;

e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;

f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V - RISCOS E BENEFÍCIOS

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

V.1 - Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

a) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;

b) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;

c) o benefício seja maior, ou no mínimo igual, a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo, devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 - O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 - O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 - O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 - Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 - Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI - PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo a ser submetido à revisão ética somente poderá ser apreciado se estiver instruído com os seguintes documentos, em português:

VI.1 - folha de rosto: título do projeto, nome, número da carteira de identidade, CPF, telefone e endereço para correspondência do pesquisador responsável e do patrocinador, nome e assinaturas dos dirigentes da instituição e/ou organização;

VI.2 - descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

- a)** descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas;
- b)** antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa. Se o propósito for testar um novo produto ou dispositivo para a saúde, de procedência estrangeira ou não, deverá ser indicada a situação atual de registro junto a agências regulatórias do país de origem;
- c)** descrição detalhada e ordenada do projeto de pesquisa (material e métodos, casuística, resultados esperados e bibliografia);
- d)** análise crítica de riscos e benefícios;
- e)** duração total da pesquisa, a partir da aprovação;
- f)** explicitação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;
- g)** explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;
- h)** local da pesquisa: detalhar as instalações dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa;
- i)** demonstrativo da existência de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;
- j)** orçamento financeiro detalhado da pesquisa: recursos, fontes e destinação, bem como a forma e o valor da remuneração do pesquisador;
- l)** explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;
- m)** declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; e
- n)** declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.

VI.3 - informações relativas ao sujeito da pesquisa:

- a)** descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;
- b)** descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- c)** identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimens, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;
- d)** descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;
- e)** apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- f)** descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;

g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e

h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VI.4 - qualificação dos pesquisadores: "Curriculum vitae" do pesquisador responsável e dos demais participantes.

VI.5 - termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta Resolução.

VII - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA-CEP

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 - As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa- CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 - Na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente dentre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

VII.3 - Organização - A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento.

VII.4 - Composição - O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7 (sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.

VII.5 - Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá ainda contar com consultores "ad hoc", pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

VII.6 - No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro "ad hoc" do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.7 - Nas pesquisas em população indígena deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

VII.8 - Os membros do CEP deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

VII.9 - Mandato e escolha dos membros - A composição de cada CEP deverá ser definida a critério da instituição, sendo pelo menos metade dos membros com experiência em pesquisa, eleitos pelos seus pares. A escolha da coordenação de cada Comitê deverá ser feita pelos membros que compõem o colegiado, durante a primeira reunião de trabalho. Será de três anos a duração do mandato, sendo permitida recondução.

VII.10 - Remuneração - Os membros do CEP não poderão ser remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados nos horários de trabalho do Comitê das outras obrigações nas instituições às quais prestam serviço, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação.

VII.11 - Arquivo - O CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por 5 (cinco) anos após o encerramento do estudo.

VII.12 - Liberdade de trabalho - Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

VII.13 - Atribuições do CEP:

a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;

b) emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

- aprovado;

- com pendência: quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;

- retirado: quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente;

- não aprovado; e

- aprovado e encaminhado, com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa -CONEP/MS, nos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c.

c) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;

d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;

f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considera-se como anti-ética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;

g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias; e

h) manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

VII.14 - Atuação do CEP:

a) A revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa envolvendo seres humanos não poderá ser dissociada da sua análise científica. Pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada pelo Comitê.

b) Cada CEP deverá elaborar suas normas de funcionamento, contendo metodologia de trabalho, a exemplo de: elaboração das atas; planejamento anual de suas atividades; periodicidade de reuniões; número mínimo de presentes para início das reuniões; prazos para emissão de pareceres; critérios para solicitação de consultas de *experts* na área em que se desejam informações técnicas; modelo de tomada de decisão, etc.

VIII - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde adotará as medidas necessárias para o funcionamento pleno da Comissão e de sua Secretaria Executiva.

VIII.1 - Composição: A CONEP terá composição multi e transdisciplinar, com pessoas de ambos os sexos e deverá ser composta por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) deles personalidades destacadas no campo da ética na pesquisa e na saúde e 08 (oito) personalidades com destacada atuação nos campos teológico, jurídico e outros, assegurando-se que pelo menos um seja da área de gestão da saúde. Os membros serão selecionados, a partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na CONEP, sendo que 07 (sete) serão escolhidos pelo Conselho Nacional de Saúde e 06 (seis) serão definidos por sorteio. Poderá contar também com consultores e membros "ad hoc", assegurada a representação dos usuários.

VIII.2 - Cada CEP poderá indicar duas personalidades.

VIII.3 - O mandato dos membros da CONEP será de quatro anos com renovação alternada a cada dois anos, de sete ou seis de seus membros.

VIII.4 - Atribuições da CONEP - Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) estimular a criação de CEPs institucionais e de outras instâncias;

b) registrar os CEPs institucionais e de outras instâncias;

c) aprovar, no prazo de 60 dias, e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais tais como:

1- genética humana;

2- reprodução humana;

3- fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos (fases I, II e III) ou não registrados no país (ainda que fase IV), ou quando a pesquisa for referente a seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração diferentes daquelas estabelecidas, incluindo seu emprego em combinações;

4- equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde novos, ou não registrados no país;

5- novos procedimentos ainda não consagrados na literatura;

6- populações indígenas;

7- projetos que envolvam aspectos de biossegurança;

8- pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior; e

9- projetos que, a critério do CEP, devidamente justificado, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;

d) prover normas específicas no campo da ética em pesquisa, inclusive nas áreas temáticas especiais, bem como recomendações para aplicação das mesmas;

e) funcionar como instância final de recursos, a partir de informações fornecidas sistematicamente, em caráter *ex-offício* ou a partir de denúncias ou de solicitação de partes interessadas, devendo manifestar-se em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias;

f) rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive, os já aprovados pelo CEP;

g) constituir um sistema de informação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos em todo o território nacional, mantendo atualizados os bancos de dados;

h) informar e assessorar o MS, o CNS e outras instâncias do SUS, bem como do governo e da sociedade, sobre questões éticas relativas à pesquisa em seres humanos;

i) divulgar esta e outras normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos;

j) a CONEP juntamente com outros setores do Ministério da Saúde, estabelecerá normas e critérios para o credenciamento de Centros de Pesquisa. Este credenciamento deverá ser proposto pelos setores do Ministério da Saúde, de acordo com suas necessidades, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde; e

l) estabelecer suas próprias normas de funcionamento.

VIII.5 - A CONEP submeterá ao CNS para sua deliberação:

a) propostas de normas gerais a serem aplicadas às pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive modificações desta norma;

b) plano de trabalho anual;

c) relatório anual de suas atividades, incluindo sumário dos CEP estabelecidos e dos projetos analisados.

IX - OPERACIONALIZAÇÃO

IX.1 - Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.2 - Ao pesquisador cabe:

a) apresentar o protocolo, devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa;

b) desenvolver o projeto conforme delineado;

c) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

d) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;

e) manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP;

f) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;

g) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

IX.3 - O Comitê de Ética em Pesquisa institucional deverá estar registrado junto à CONEP/MS.

IX.4 - Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser co-responsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.5 - Consideram-se autorizados para execução, os projetos aprovados pelo CEP, exceto os que se enquadrarem nas áreas temáticas especiais, os quais, após aprovação pelo CEP institucional deverão ser enviados à CONEP/MS, que dará o devido encaminhamento.

IX.6 - Pesquisas com novos medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde deverão ser encaminhados do CEP à CONEP/MS e desta, após parecer, à Secretaria de Vigilância Sanitária.

IX.7 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

IX.8 - Os CEP institucionais deverão encaminhar trimestralmente à CONEP/MS a relação dos projetos de pesquisa analisados, aprovados e concluídos, bem como dos projetos em andamento e, imediatamente, aqueles suspensos.

X. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

X.1 - O Grupo Executivo de Trabalho-GET, constituído através da Resolução CNS 170/95, assumirá as atribuições da CONEP até a sua constituição, responsabilizando-se por:

a) tomar as medidas necessárias ao processo de criação da CONEP/MS;

b) estabelecer normas para registro dos CEP institucionais;

X.2 - O GET terá 180 dias para finalizar as suas tarefas.

X.3 - Os CEP das instituições devem proceder, no prazo de 90 (noventa) dias, ao levantamento e análise, se for o caso, dos projetos de pesquisa em seres humanos já em andamento, devendo encaminhar à CONEP/MS, a relação dos mesmos.

X4 - Fica revogada a Resolução 01/88.

ADIB D. JATENE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

ADIB D. JATENE

Ministro de Estado da Saúde

ANEXO D - O Critério de Classificação Econômica Brasil

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2011

www.abep.org – abep@abep.org

Dados com base no Levantamento Socioeconômico 2009 - IBOPE

1. O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida abaixo é de classes econômicas.

SISTEMA DE PONTOS

Posse de itens	Quantidade de itens
Televisão em cores	0 1 2 3 4
Rádio	0 1 2 3 4
Banheiro	0 4 5 6 7
Automóvel	0 4 7 9 9
Empregada mensalista	0 3 4 4 4
Máquina de lavar	0 2 2 2 2
Vídeocassete e/ou DVD	0 2 2 2 2
Geladeira	0 4 4 4 4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0 2 2 2 2

Grau de Instrução do chefe de família

Analfabeto/ Primário incompleto Analfabeto/ Até 3ª série Fundamental/ Até 3ª série 1º. Grau 0 Primário completo/ Ginásial incompleto Até 4ª série Fundamental / Até 4ª série 1º. Grau 1 Ginásial completo/ Colegial incompleto Fundamental completo/ 1º. Grau completo 2 Colegial completo/ Superior incompleto Médio completo/ 2º. Grau completo 4 Superior completo Superior completo 8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
B2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7

2. PROCEDIMENTO NA COLETA DOS ITENS

É importante e necessário que o critério seja aplicado de forma uniforme e precisa. Para tanto, é fundamental atender integralmente as definições e procedimentos citados a seguir. Para aparelhos domésticos em geral devemos:

Considerar os seguintes casos: Bem alugado em caráter permanente; Bem emprestado de outro domicílio há mais de 6 meses; Bem quebrado há menos de 6 meses. Não considerar os seguintes casos: Bem emprestado para outro domicílio há

mais de 6 meses; Bem quebrado há mais de 6 meses; Bem alugado em caráter eventual; Bem de propriedade de empregados ou pensionistas; Televisores: Considerar apenas os televisores em cores. Televisores de uso de empregados domésticos (declaração espontânea) só devem ser considerados caso tenha(m) sido adquirido(s) pela família empregadora. Rádio: Considerar qualquer tipo de rádio no domicílio, mesmo que esteja incorporado a outro equipamento de som ou televisor. Rádios tipo walkman, conjunto 3 em 1 ou *microsystems* devem ser considerados, desde que possam sintonizar as emissoras de rádio convencionais. Não pode ser considerado o rádio de automóvel. Banheiro: O que define o banheiro é a existência de vaso sanitário. Considerar todos os banheiros e lavabos com vaso sanitário, incluindo os de empregada, os localizados fora de casa e os da(s) suite(s). Para ser considerado, o banheiro tem que ser privativo do domicílio. Banheiros coletivos (que servem a mais de uma habitação) não devem ser considerados. Automóvel: Não considerar táxis, vans ou pick-ups usados para fretes, ou qualquer veículo usado para atividades profissionais. Veículos de uso misto (lazer e profissional) não devem ser considerados. EMPREGADO DOMÉSTICO: Considerar apenas os empregados mensalistas, isto é, aqueles que trabalham pelo menos 5 dias por semana, durmam ou não no emprego. Não esquecer de incluir babás, motoristas, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, considerando sempre os mensalistas. Note bem: o termo empregados mensalistas se refere aos empregados que trabalham no domicílio de forma permanente e/ou contínua, pelo menos 5 dias por semana, e não ao regime de pagamento do salário. Máquina de Lavar: Considerar máquina de lavar roupa, somente as máquinas automáticas e/ou semiautomática, o tanquinho NÃO deve ser considerado. Videocassete e/ou DVD: Verificar presença de qualquer tipo de vídeo cassete ou aparelho de DVD.

Geladeira e Freezer: No quadro de pontuação há duas linhas independentes para assinalar a posse de geladeira e freezer respectivamente. A pontuação será aplicada de forma independente: Havendo geladeira no domicílio, independente da quantidade, serão atribuídos os pontos (4) correspondentes a posse de geladeira;

Se a geladeira tiver um freezer incorporado – 2a. porta – ou houver no domicílio um freezer independente serão atribuídos os pontos (2) correspondentes ao freezer. As possibilidades são: Não possui geladeira nem freezer: 0 pt. Possui geladeira simples (não duplex) e não possui freezer: 4 pts. Possui geladeira de duas portas e não possui freezer: 6 pts. Possui geladeira de duas portas e freezer: 6 pts. Possui freezer mas não geladeira (caso raro mas aceitável): 2 pt.

3. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Este critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. Certamente há muitos casos em que o universo a ser pesquisado é de pessoas, digamos, com renda pessoal mensal acima de US\$ 30.000. Em casos como esse, o pesquisador deve procurar outros critérios de seleção que não o CCEB. A outra observação é que o CCEB, como os seus antecessores, foi construído com a utilização de técnicas estatísticas que, como se sabe, sempre se baseiam em coletivos. Em uma determinada amostra, de determinado tamanho, temos uma determinada probabilidade de classificação correta, (que, esperamos, seja alta) e uma probabilidade de erro de classificação

(que, esperamos, seja baixa). O que esperamos é que os casos incorretamente classificados sejam pouco numerosos, de modo a não distorcer significativamente os resultados de nossa investigação. Nenhum critério, entretanto, tem validade sob uma análise individual. Afirmarções frequentes do tipo “... conheço um sujeito que é obviamente classe D, mas pelo critério é classe B...” não invalidam o critério que é feito para funcionar estatisticamente. Servem, porém, para nos alertar, quando trabalhamos na análise individual, ou quase individual, de comportamentos e atitudes (entrevistas em profundidade e discussões em grupo respectivamente). Numa discussão em grupo um único caso de má classificação pode pôr a perder todo o grupo. No caso de entrevista em profundidade os prejuízos são ainda mais óbvios. Além disso, numa pesquisa qualitativa, raramente uma definição de classe exclusivamente econômica será satisfatória. Portanto, é de fundamental importância que todo o mercado tenha ciência de que o CCEB, ou qualquer outro critério econômico, não é suficiente para uma boa classificação em pesquisas qualitativas. Nesses casos deve-se obter além do CCEB, o máximo de informações (possível, viável, razoável) sobre os respondentes, incluindo então seus comportamentos de compra, preferências e interesses, lazer e hobbies e até características de personalidade. Uma comprovação adicional da conveniência do Critério de Classificação Econômica Brasil é sua discriminação efetiva do poder de compra entre as diversas regiões brasileiras, revelando importantes diferenças entre elas.

RENDA FAMILIAR POR CLASSES

Classe	Pontos	Renda mensal em R\$
A1	42 a 46	11.480
A2	35 a 41	8.295
B1	29 a 34	4.754
B2	23 a 28	2.656
C1	18 a 22	1.459
C2	14 a 17	962
D	8 a 13	680
E	0 a 7	415

4. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA

2009

A1	0,2%	0,6%	0,5%	0,6%	0,2%	0,4%	0,4%	0,2%	1,9%	0,5%
A2	2,3%	1,6%	2,3%	5,1%	3,0%	4,6%	6,2%	4,8%	7,2%	4,0%
B1	6,3%	4,6%	6,1%	7,8%	7,7%	11,0%	12,9%	9,4%	14,1%	9,1%
B2	8,7%	10,9%	13,4%	17,5%	18,9%	23,3%	23,5%	20,7%	22,0%	19,3%
C1	17,1%	17,9%	19,2%	25,8%	28,9%	28,0%	24,4%	27,0%	22,3%	25,6%
C2	28,5%	29,5%	33,1%	23,1%	23,8%	20,1%	18,7%	23,2%	19,8%	23,2%
D	31,8%	30,8%	23,3%	19,7%	17,2%	12,1%	13,2%	13,3%	12,6%	17,1%
E	5,1%	4,1%	2,2%	0,5%	0,3%	0,5%	0,9%	1,5%	0,3%	1,1%